

cursos d'água, determinavam o escopo de uma ocupação limitada. A área do nordeste goiano, à margem direita, representava um vasto populacional. E fôrça, que o vale do Tocantins é dividido por alguns núcleos, estabelecidos pela tradição, colonização e sacaria, dirigida para a várzea provincial.

Quadro nº 1.

A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA REGIÃO DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Municípios	Área Norox./Km <sup>2</sup>	Popul.	Dens. demográf.
Pilar	60.510 km <sup>2</sup>	8.871	0,14
S. J. do Tocantins	11.440 km <sup>2</sup>	4.801	0,43
Palma	32.000 km <sup>2</sup>	4.488	0,14
Natividade	13.700 km <sup>2</sup>	6.155	0,44
Porto Imperial	128.200 km <sup>2</sup>	5.301	0,04
Boa Vista	58.123 km <sup>2</sup>	8.169	0,14

Fontes: Dados do Recenseamento Geral do Império de 1872; Encyclopédia dos Municípios Brasileiros; Fundação I.B.G.E. - 1956.

As extensões setentrionais são atingidas pela floresta equatorial nos vales mais úmidos (zona fisiográfica Araguaia-Tocantins). Nas várzeas vicejam as palmáceas. Estendendo-se nas direções oriental e meridional, nas áreas menos úmidas, a cobertura vegetal luxuriante degrada-se nas formas de cerrado ou na mata de transição, em decorrência da transição do clima equatorial para o tipo tropical. A originalidade da mata de transição são as palmeiras com as formações de babaçuais, cujas comunidades entremeiam a mata (18).

Esta cobertura vegetal, penetrando o território de Goiás, aparece nos municípios de Boa Vista e Porto Imperial. No sentido dos paralelos, encontram-se ocorrências da ponta norte da Ilha de Sant'Ana (Bananal) à Chapada dos Veadeiros, no Município de Cavalcante.

As terras do curso superior do rio Tocantins, dessecaadas por vários cursos d'água, dividiam-se pelos municípios de Pilar, na margem ocidental, São José do Tocantins e

Palma, na margem oriental. Neste trecho, o Tocantins era conhecido por rio haranhão e sua extensão de 110 km.

Áreas de mineração começaram no século XVII, sobretudo, no final do século XVIII, com vários núcleos que aglomerados ou em regressão, demonstravam o dinamismo e o arrojo da era do ouro. Abasteciam, como artigos arraialis de ouro, as vilas de Pilar, São José do Tocantins, a cidade de Palmas e os arraiais de Guarinos, Traíras, Águas Quentes, São Félix, Cocal, Crixás e Amaro Leite.

Próximo ao encontro do rio da Palma com o Paranaíba, afluente da margem direita do Tocantins, estava situada a cidade de Palma, ponto inicial da linha de navegação do Tocantins, até o seu encontro com o rio Araguaia. O trecho goiano de navegação tinha uma extensão de 1.200 km<sup>2</sup>. A circulação fluvial pelo Tocantins, de significado histórico, foi o fator de conquista e povoamento das áreas do setentrional e do centro de Goiás. O comércio com o Pará consistia no abastecimento regional de bens manufaturados essenciais ao consumo e na exportação de gado, couros e peles para os mercados do Norte.

No curso médio do Tocantins, partindo da confluência do rio Santa Teresinha, na margem ocidental, o povoamento é assinalado pelos núcleos situados em sentido linear, acompanhando a descida do grande rio. Eram pontos que assinalavam a presença humana, intercalados por vastos espaços vazios. - De sul para norte, localizavam-se: o arraial do Divino Espírito Santo do Peixe, a cidade de Porto Imperial, os povoados de Teresinha Cristina, Pedro Afonso, Filadélfia e a ciaade de Boa Vista, nos extremos setentrionais. Em posição intermediária entre o vale e o extremo leste, encontravam-se a vila de Natividade e o arraial da Chapada.

Estas superfícies setentrionais, em 1872, estavam divididas em apenas três municípios: Natividade, Porto Imperial e Boa Vista. Os dois últimos destacavam-se na divisão administrativa municipal da Província, pelas suas grandes extensões. Formavam uma área de 184.323 km<sup>2</sup>, o que equivale a

28% da superfície total de Goiás, e a maior população é de 13.489 habitantes.

#### 2.4. ALDEAMENTOS E PRESÍDIOS

Na organização espacial do povoamento de Goiás, os aldeamentos e presídios eram os núcleos populacionais resultantes da iniciativa oficial. Os primeiros, objetivando a incorporação do elemento indígena e os segundos, a promoção do povoamento dos vales fluviais para amparar as atividades de navegação.

A colonização religiosa e militar, apesar dos esforços empreendidos pelo governo provincial, no decorrer do século XIX, teve pouca significação para o acréscimo do povoamento. Dos núcleos criados, alguns desapareceram, outros permaneceram como pontos perdidos nas imensidões desertas dos vales fluviais. Fatores diversos contribuíram para emperar a política de colonização dirigida. Os de maior significação foram os parcós recursos financeiros dos cofres provinciais, a falta de elementos humanos indispensáveis à administração de cada colônia e a hostilidade dos índios.

A despesa orçada para o exercício de 1872-73 em Goiás somou 160.464\$240. Desta total, apenas a irrigória quantia de 500\$000 destinava-se à obra da catequese. Para a navegação dos rios, foi orçada a verba de 6.000\$000. Contudo, ao ser votada a previsão orçamentária, elevaram-se para 16.000\$000 os recursos para as despesas referidas (18).

A catequese carecia de maior número de religiosos para os diversos aldeamentos. Pelos dados do Censo de 1872,

---

(18) *Orçamento do exercício de 1872/73 da Província de Goiás. Manuscrito do Serviço de Documentação do Estado de Goiás.*

■ A Província contava apenas com 17 sacerdotes seculares que deviam atender a 54 paróquias das cidades, vilas e povoações. Os resultados da colonização dos selvagens não haviam ser anaimacores. No relatório de 1871, o Presidente da Província referiu-se à falta de integração dos índios e sugeriu outra opção: "procuremos na imigração estrangeira suprir tanto às forças brancas de que depende a nossa favorecimento" (1).

Outro elemento demonstrativo da fragilidade do processo de integração dos índios é o índice percentual de canecos na população provincial, em 1871: 2,64%, ou seja, 4.250 pessoas de ascendência indígena numa população de 160.395 habitantes.

A colonização militar, da mesma forma, debatia-se com a escassez de elementos para suprir seu quadro administrativo.

Finalmente, o grave obstáculo representado pela hostilidade dos nativos selvagens que entravam não somente a ação colonizadora, mas também a fixação dos civilizados.

No início da década de 1870 existiam os presídios de Santo Antonio e Santa Bárbara, na linha do Tocantins. No vale do rio Araguaia, encontrava-se maior número de colônias e em melhores condições, graças ao impulso dado a partir de 1863 por Couto Magalhães, então Presidente da Província de Goiás. O presídio de Jurupensem estava situado na margem direita do rio Vermelho, mais próximo da Capital, com 162 habitantes; nas margens do Araguaia, encontravam-se: o presídio de Santa Leopoldina, com 251 habitantes, o de Santa Maria na parte norte da Ilha de Sant'Ana (Bananal), com 474 habitantes e o de São José dos Martírios, de criação mais recente (1871).

As margens do Araguaia, floresciam na época em apreço, os aldeamentos dos carajá e xerente, São Pedro e São José do Jamimbu.

Na bacia do Tocantins, localizavam-se diversos al-

(1) Correio Oficial de 29 de junho de 1871, p. 1.

deamentos: o de Garretão, destinado aos xerente, e xavante, distante 21 léguas da Capital, na estrada que levava a Pilar, em decadência, em 1872; o aldeamento de Pedro Afonso, às margens do rio do Sono; o de Jereus Cristina ou das Ipirambas, na confluência do rio do mesmo nome, com o Iocantins e o dos "Apinagés", próximo à cidade de Boa Vista. Estes últimos reuniram os índios xerente e oraú. Encontravam-se no organizaçõe o aldeamento dos xambóis, no rio Araguaia, abaixo do presídio de Santa Maria (21).

A análise da relação espaço-povoamento revela que a Província de Goiás apresentava, em 1872, uma ocupação escaosa e irregularmente distribuída. Esta situação se expressa pelos baixos índices de densidade demográfica e pelos espaços vazios que entremeavam os núcleos populacionais.

### 3. A DENSIDADE POPULACIONAL E O QUADRO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

A análise das características demográficas e econômicas da Província de Goiás, pela composição ocupacional dos habitantes, segundo os dados do inquérito censitário de 1872, pode levar a conclusões ilusórias. Conforme os critérios adotados, a classificação da população ativa pelo "status" profissional, surpreende à primeira vista pela considerável especialização em misteres específicos. Considerando-se entretanto, o acentuado ruralismo e os padrões de vida rudimentares, pelo que foi exposto linhas atrás, conclui-se que a diversificação das atividades produtivas era decorrente dos imperativos do atendimento das necessidades do consumo local. Limitada margem de bens de uso e de consumo advinha das im-

(21) *Correio Oficial* de 3 de agosto de 1872, p. 1-L.

portações, cuja aquisição restringiu-se à pequena parcela da população, que dispunha de relativamente pouca aquisição.

A massa ativa ou militante da sociedade goiana, em relação às profissões somava 101.421 membros, fato que lhe representava um índice percentual de 12,13% da população total.

As categorias gerais do critério da classificação das ocupações em Goiás apresentavam as proporções seguintes:

Quadro nº 3.

CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS EM GOIÁS: 1871

Categorias profissionais	nº de membros	%
Profissões agrícolas	56.107	<u>55,71</u>
Profissões manuais ou mecânicas	22.144	21,63
Serviço doméstico	14.942	14,73
Criados e jornaleiros (assalariados)	4.340	4,26
Profissões industriais e comerciais	1.693	1,67
Profissões liberais	781	0,76
Militares	528	0,52
Capitalistas e proprietários	402	<u>0,40</u>
Marítimos	64	0,06
Pescadores	17	0,01
T o t a l	101.421	100,00

Fonte: Dados do Recenseamento Geral do Império de 1871.

### 3.1. AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DO SOLO

Na categoria das profissões agrícolas, as ativida-



der diretamente ligadas à exploração econômica. Repousava-se de uma força de trabalho de 56.500 elementos, ou seja, distribuídos:

Lavradores ..... 51.661

Criadores ..... 4.731

Correlacionando esta massa trabalhadora com a superfície do território, vê-se que cada ruralista dispunha em média de 11,38 km<sup>2</sup> de espaço disponível à exploração econômica, em face de irregularidade da ocupação e do despovoamento.

A lavoura e a criação, sendo os meios básicos de produção, constituíram-se nas fontes principais de arrecadação da Província, cuja prioridade cabia aos produtos da criação. Entretanto, o número de pessoas, que se dedicavam às lides do pastoreio, era muito inferior ao número de lavradores, 3,8 e 51,9% respectivamente. Esta desproporção era decorrente do caráter extensivo da criação de gado desenvolvida em Goiás.

A criação de gado referida acima exigia, consequentemente, reduzido número de mão-de-obra. Ernani Silva Bruno, no seu trabalho sobre o povoamento do Centro-Oeste, referindo-se às fazendas de criação do sul de Goiás, no final da década de 1860, afirma: "Não era ali de estranhar a posse de mil e quinhentas ou duas mil cabeças de boi por fazendeiros que só dispunham de um ou dois escravos" (22).

A participação da produção pastoril na arrecadação provincial, de 1867 a 1870, pode ser constatada no quadro nº 4.

Deve-se ressaltar que a arrecadação provincial não oferecia maior volume de rendas, por falta de meios para melhor fiscalização na circulação de mercadorias. Em 1870, o governo de Goiás procurou sanar tais dificuldades pela lei nº 461 de 30 de setembro, que exigia fiança dos agentes fis-

<sup>(22)</sup> BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil - Geral e Regional - Grande Oeste*, p. 84, 2a. edição, Ed. Cultrix, São Paulo, 1967.

ais. Entretanto, no relatório da 1<sup>a</sup> Comissão de Fazenda Nicélio de Assis fez o seguinte comentário sobre a nova lei: "Fallando-vos d'ella, cabe-me referir que, não obstante as vantagens conferidas pela supracitada lei aos collectores e administradores de recebedorias que se afiançassem devidamente, poucos são os que tem querido utilizar d'essas vantagens, talvez, em consequências das dificuldades criadas pela lei hypothecaria, a cujas disposições não se sujeitarão facilmente aquelles que podem ser fiadores" (24).

Duadro nº 4.

RENDAS DOS PRODUTOS DA CRIAÇÃO

Direitos e Produtos	1867	1868	1869/70(a)
\$000 sobre cada boi, garrote, cavalo ou polo exportado .....	11:659\$000	21:366\$000	12:036\$000
\$000 sobre cada vaca ou novilha exportada	4:572\$000	5:727\$000	3:752\$000
\$000 sobre cada égua ou poldra exportada	208\$000	435\$000	322\$000
\$200 sobre cada suína lanígero ou caprino - exportado .....	2\$000	15\$000	325\$000
\$200 sobre cada couro erú ou curtido export.	6:541\$460	3:657\$400	1:016\$900
5% sobre reses mortas para consumo .....	4:315\$980	4:900\$600	4:720\$780
Soma .....	27:498\$420	36:107\$000	22:172\$880
Arrecadação Geral ...	104:708\$697	135:068\$853	130:095\$718
Participação do produ- to da criação .....	26,28%	21,73%	17,04%

Fonte: Orçamento do exercício de 1872/73 (manuscrito).

(a) O exercício de 1869/70 foi de 18 meses, devido à anexa-  
ção do primeiro semestre de 1869 (25).

### 3.1. ATIVIDADES ARTESANAS<sup>(23)</sup>

Na classificação das atividades secundárias, pôs-se aportar várias profissões "manuais ou mecânicas", que eram próprias do meio rural, em vista do seu caráter artesanal. Isto significa um acréscimo no número dos rurícolas que compunham a população ativa e traduz o baixo índice de urbanização na Província. Indica, da mesma forma, a dependência dos moradores dos núcleos urbanos em relação às áreas rurais circunvizinhas.

Atividades manuais com maior proporção de componentes da zona rural:

Produção de tecidos .....	9.829
Preparação de couros e peles .....	325
Confecção de chapéus .....	63
Total .....	10.219

Pode-se, então, afirmar que o percentual dos que se ocupavam com lides de caráter essencialmente rural era de 65,78%.

Além destas ocupações, cujos profissionais foram classificados como "operários", outras na mesma categoria, dificilmente podem ser definidas como atividades características dos núcleos de população ou das zonas rurais.

Os trabalhos em metais (ferreiros), em madeiras (carapinas, carpinteiros), em edificações e em costura somavam um total de 10.785 profissionais, correspondendo a 10,6%

(23) Correio Oficial de 05 de agosto de 1871, p. 1.

O exercício de 1869 a 1870 foi de 18 meses, pela anexação do período de janeiro a junho de 1868, "em virtude do que dispõe a resolução n.º 403 de 20 de setembro de 1868, quando estabeleceu o sistema de escripturação por exercícios".

(24) Relatório do Presidente da Província de Goiás de 1871, in Correio Oficial, de 01 de agosto de 1871, p. 1.

da massa trabalhadora na Província. Entre essas habilidades, era comum aquelas que trabalhavam a madeira e em edificações, tornarem-se profissionais formados.

As profissões, comumente desempenhadas nos centros urbanos, classificadas também como manuais, eram:

Canteiros, calceteiros, cavouqueiros .....	107
Confecção de vestuário .....	463
Tinturaria .....	23
Fábrica de calçados .....	547
Total .....	1.140

Dos 22.144 elementos cujas ocupações foram agrupadas na categoria de profissões "manuais ou mecânicas", a maioria era constituída por elementos do sexo feminino, com funções estritamente ligadas ao artesanato doméstico.

A este volume de profissionais, juntam-se mais .... 4.340, representados pelas pessoas assalariadas, ou seja, os criados e jornaleiros. O número de mulheres que compunham este setor somava 19.500, conforme se depreende do quadro abaixo:

Quadro nº 5.

#### PROFISSÕES LIGADAS AO ARTESANATO DOMÉSTICO

Profissões	Nº de Profissionais	Nº de Mulheres
Costureiras	8.934	8.934
Em tecidos	9.829	9.111
Em tinturaria	23	16
De vestuário	463	103
De chapéu	65	28
De calçados	547	15
Criados e Jornaleiros	4.340	1.290
Total	24.201	19.500

Fonte: Dados do Recenseamento Geral do Império de 1872.

O número de profissionais de lições manuais ou mecâ-

nicas era acrescido pelo número de tabacarias industriais, correspondendo aos "manufatureiros e fabricantes". Estes, somando apenas 319 indivíduos, dedicavam-se principalmente à produção de fumo, rapé, tabaco e aguardente.

Além desses profissões, apesar a fabricação e o comércio de algodão, redes e tecido, tinha certo destaque.

Informações de maços do século fariam referência à marmelada de Santa Lúcia, que era exportada para várias áreas goianas e para centros mineiros e paulistas. Seguramente afirmação de Taunay, "eram esses gêneros de maior lucro, que em 1865-1867 iam da Província, para as forças expedicionárias, que em Mato Grosso enfrentavam os paraguaios" (25).

Pelo quadro nº 6, pode-se observar o percentual da arrecadação sobre a aguardente e o fumo, no que se refere às rendas sobre os gêneros da lavoura para consumo nos núcleos urbanos. Os direitos sobre os produtos da lavoura eram de 5%.

Quadro nº 6.

RENDAS DOS GÊNEROS AGRÍCOLAS - CONSUMO NOS NÚCLEOS URBANOS

Ano	Todos Gêneros	Fumo(d)	%	Aguardente(e)	%
1867	15:179\$797(a)	2:015\$595	13,25	2:101\$600	13,80
1868	17:065\$415(b)	2:731\$250	16,00	1:796\$460	10,50
1869/70	15:791\$53 (c)	871\$660	5,50	2:726\$710	17,25

Fonte: Orçamento da Receita Provincial de Goiás para o exercício de 1872/73 (manuscrito).

- a) 14,50% das rendas totais da Província.
- b) 12,63% das rendas totais da Província.
- c) 12,14% das rendas totais da Província.
- d) Taxa de \$500 sobre cada rolo de fumo.
- e) Taxa de \$1000 sobre cada barril de aguardente, aumentada em 1866.

(25) TAUNAY, apud BRUNO, Ernani Silveira, op. cit., p. 87.

Cita também as informações de Brotero nos apontamentos relativos à sua viagem, em 1867, quando ia assumir o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Parandá. No trajeto de Piracanjuba (Pauzinho Alto) para a Capital da Província, apresentou a passagem de carros transportando grande quantidade de marmelada de Santa Lúcia.

O fumo era o produto de maior expressão no intercâmbio com as províncias vizinhas, já havia conquistado grande fama fora dos limites das terras goianas.

Apesar de serem as condições naturais potencialmente promissoras, até então o número de "fabricantes e manufatureiros" era muito reduzido. Os estabelecimentos de elaboração dos gêneros agrícolas, cujas produções ofereciam margem à exportação, deviam ser pouco numerosos. Dentre as limitações à expansão de tais atividades, salientavam-se a carência de mão-de-obra e a falta de meios para a circulação dos produtos.

O Presidente da administração local referindo-se, em 1873, à agricultura manifestou seu desânimo, pois sendo o setor econômico de importância vital da Província, "nada tem feito, nem promete fazer, enquanto permanecer esta separada e privada de comunicações fáceis com o litoral" (26).

### 3.3. O SETOR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Finalmente, as categorias de ocupações atinentes ao setor de prestação de serviços, compreendiam cerca de ... 22.437 representantes ou 22% da população trabalhadora. Excluindo-se os que exerciam serviço doméstico (14.941), evidentemente distribuídos pelos aglomerados urbanos e áreas rurais; os marítimos (64), cujas funções, em Goiás, ligavam-se à navegação fluvial, as ocupações restantes podem ser consideradas como predominantemente dos núcleos urbanos. Tais atividades de serviços permitem apreender as funções desempenhadas pelos centros urbanos, na conjuntura provincial.

(26) Relatório do Presidente da Província de Goiás in Correio Oficial de 23 de agosto de 1873, p. 1.

Este fenômeno se evidencia através da proporção existente entre os quantitativos das ocupações urbanas de toda a Província e os da Cidade de Goiás, índice de maior expressão urbana no período em estudo.

Quadro nº 7.

AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS DOS CENTROS URBANOS

Profissões	Província	Capital	%
Liberais	769	211	26,73
Militares	528	401	76,94
Capitalistas e proprietários .....	402	5	1,24
Comerciantes, guardalivros e caixeiros ..	1.374	146	10,61
Criados e jornaleiros	4.346	206	4,74
T c t a l	7.432	969	-

Fonte: Dados do Recenseamento Geral do Império de 1872.

Na capital, os maiores índices percentuais do setor de serviços correspondiam às atividades liberais e militares. As taxas, sendo elevadas, indicam suas funções específicas de centro administrativo na Província e, por conseguinte, de maior expressão cultural.

Como liberais foram classificados: funcionários do Judiciário (74), Religiosos (17), médicos (15), cirurgiões, farmacêuticos (3), parteiros (40), professores e homens de letras (176), funcionários públicos (188), artistas (353).

Dos 262 funcionários da Província, 36,25% pertenciam à Cidade de Goiás, e sua guarnição militar dispunha da maioria dos militares do contingente goiano. Dentre as atividades diretamente relacionadas com o setor de saúde, o número de médicos recenseados surpreende, principalmente quando confrontado com o irrisório número de farmacêuticos. Em 1872, a Província de Goiás possuía apenas dois hospitais: o de São Pedro Alcântara (Hospital da Caridade), na Capital, e o Hos-

pital da Caridade de São Sebastião e Santa Luzia, instalado por uma associação filantrópica, em 1871. O setor de saúde dispunha de três facultativos para a Capital e uma "Província de 960 km sobre 150 km de extensão".

A Cidade de Goiás, com 47,100 habitantes, de professores e homens de letras, dispunha também de três recursos que lhe conferiam posição de destaque no campo cultural. A Província de Goiás contava com uma rede escolar de 73 unidades. Destas, duas eram de nível secundário e Liceu, com 102 alunos e o Seminário Episcopal de Goiás, criado em janeiro de 1872, com 38 alunos. Uma escola primária particular, noturna, para o sexo masculino, com 28 alunos. As escolas primárias, de caráter oficial, eram em número de 70, sendo 47 para o sexo masculino e 23 para o sexo feminino, perfazendo um total de 2082 alunos (28). Duas bibliotecas funcionavam na capital, as únicas da Província: o Gabinete Literário Goiano e a do Liceu.

Assim, a Cidade de Goiás, dispondo de boa parte do número dos que desempenhavam funções classificadas como liberais, na condição de Capital de Província, possuía melhores condições para desincumbir-se as funções político-administrativas. Contudo, tais funções eram exercidas também pelas cidades, vilas e muitas povoações disseminadas pelo território.

Na maioria dos casos, porém, estas funções eram desenvolvidas em condições precárias, devido à falta de elementos humanos, principalmente e às dificuldades de comunicação e transporte. Essa situação agravava-se mais ainda, em vista do caráter centralizado das administrações provinciais no Império.

Os que se ocupavam com as atividades comerciais e correlatas, os comerciantes, guarda-livros, caixeiros, capi-

(27) *Ibid.*, Correio Oficial de 26 de julho de 1873, p. 2.

(28) *Ibid.*, Correio Oficial de 29 de junho de 1872, p. 2.

talistas e proprietários atuavam preferencialmente nos centros comerciais. Faziam o intercâmbio de bens e de dinheiros ou desempenhavam funções de natureza fiscal e administrativa. Os capitalistas e os proprietários, geravam e movimentavam capital advindo da exploração de imóveis. Numa sociedade dominada pela pobreza e ruralismo, eram eles o número reduzido: 462 pessoas apenas.

Os comerciantes, quer fossem estabelecidos com lojas, tabernas e outros, quer fossem itinerantes, eram responsáveis pela tênue vitalidade manifestada na conjuntura provincial. As cidades, desempenhavam a função comercial, eram "o lugar onde se faziam as compras indispensáveis ao bem estar dos habitantes e onde se realizavam os negócios" (29). Eram o ponto de contato dos moradores das áreas rurais com os moradores dos aglomerados urbanos.

Embora irrisória, a presença de 17 sacerdotes em Goiás não impedia que as pequenas cidades, dispondo de uma igreja como marco principal e central, exercessem suas funções de centros sócio-religiosos. Transformavam-se, em determinadas épocas, em "ponto de concentração da vida religiosa" das áreas circunvizinhas e, às vezes, de regiões distantes.

Outra categoria profissional ligada à vida dos centros urbanos era a dos criados e jornaleiros, ou melhor, as pessoas que percebiam salários. Constituíam apenas 4,28% do número que compunha a força de trabalho em Goiás, cuja economia estava ainda em estágio pré-industrial. Os produtos tidos como industriais eram produzidos, em boa parte, pelo contingente feminino da população ativa, através de lides artesanais de caráter doméstico.

(29) AZEVEDO, Aroldo. "Vilas e Cidades do Brasil Colonial - Ensaio de geografia urbana retrospectiva", p. 76-77, Boletim nº 508/Geografia nº 13, São Paulo, U.S.P., Fac. de Filosofia Ciências e Letras, 1956.

### 3.4. A FORÇA DE TRABALHO ESCRAVA

A participação da mão-de-obra escrava, na força de trabalho em Goiás, representada apenas 7,48%, em 1872. Pelos misteres desempenhados, assim se distribuíam nas categorias profissionais:

Quadro nº 6.

#### \* DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO ESCRAVA

---

Lavradores:

Homens	3.000
Mulheres	1.523

Serviço doméstico:

Homens	208
Mulheres	1.298

Costureiras:

Mulheres	458
----------	-----

Criados e jornaleiros (assalariados):

Homens	333
Mulheres	87

Fábrica de Tecidos:

Homens	6
Mulheres	379

Trabalho de madeiras:

Homens	91
--------	----

Edificações:

Homens	55
--------	----

Outras atividades:

Homens	162
--------	-----

Sem profissões

Homens	3.058
--------	-------

T o t a l

10.652

---

Fonte: Dados do Recenseamento Geral do Império de 1872.

A maior parte da força de trabalho, ou seja, 75,3%, ocupava-se de trabalhos agrícolas e de serviços domésticos.<sup>7</sup> Descreve-se o número dos quais eram escravos, sobretudo pelo fato de tratar de uma sociedade típica urbanizada. Sabe-se que, nas cidades mais desenvolvidas durante o século XIX, era comum encontrar escravos de ganhi ou escravos de aluguel. Tal condição comumente conduzia à libertação, pois favorecia a aquisição de meios para compra da alforria.

Sob o aspecto quantitativo, era irrisório o número de escravos em Goiás. O contingente, formado de 10.652 elementos servis, era uma evidência do processo de regressão do volume da massa escrava. Não constituía uma particularidade de Goiás, mas um fato generalizado em todo o Império. Manifestava-se como uma consequência direta da extinção do tráfico de africanos, em 1850.

Além desse fator comum determinante do enfraquecimento da instituição escravista, outros fatores explicam o fenômeno na Província de Goiás. As atividades econômicas, que passaram a predominar no século XIX, o pastoreio extensivo e a prática agrícola de subsistência, não deram margem a grandes importações de mão-de-obra servil. A criação nas pastagens naturais, de grande extensões, não exigia grande número de peões. Os rebanhos de animais bravios desenvolviam-se sem custeio, soltos nas dimensões dos cerrados. A agricultura permaneceu subsidiária, por falta de meios para a comercialização de grandes volumes da produção. Não prosperou suficientemente para carecer da importação de grandes levas de escravos.

Com a abolição do tráfico, os preços de escravos se elevaram, oscilando entre 500\$000 e 1.000\$000. A partir do decênio de 1870, com as necessidades crescentes de braços para as lavouras de café, as altas se fizeram acentuadas, elevando-se os preços a 2.500\$000 e havendo casos até de ... 3.000\$000. Os preços, entretanto, variavam, conforme o sexo e a idade. (30).

<sup>7</sup> Cf. COSTA, Emilia Viotti da. op. cit., p. 203-204.

Em Goiás, com baixo nível de vida e uma economia agro-pastoril extensiva, era menos oneroso dispor da mão-de-obra livre, que comprar e sustentar bons escravos.

A regressão da massa escrava acertava-se com os elevados índices de mortalidade infantil, limitando-se ao crescimento pela multiplicação natural. Determinava, da mesma forma, "o envelhecimento progressivo da escravaria". Nesse sentido, a Lei do Ventre Livre de 1871, colaborou para a aceleração do processo.

Soma-se a estes fatores, a diminuição do número de escravos em decorrência das alforrias, fugas, vendas e morte. "Alguns proprietários de negros passaram a vendê-los às províncias mais ricas, como Minas; outros, menos financeiros ou mais humanos, concediam cartas de alforria, na maioria das vezes, sob o compromisso de prestar-lhes serviços por determinado tempo" (31). Na arrecadação das rendas provinciais, a cobrança da taxa pelo direito de exportação de escravos rendeu: 2.760\$000 (1867), 2.580\$000 (1868) e 3.600\$000 (1869-70). Para o exercício de 1872-73, foi orçada a quantia de ... 2.900\$000, como rendas a serem auferidas sobre a exportação de cativos (32).

Os efeitos da regressão do contingente servil não foram quantitativamente mais evidentes no início da década de 1870, pela sua relativa inovação, quer fosse por compra, quer pelo movimento imigratório. Dos 10.652 escravos existentes na Província, em 1872, 19,51% eram adventícios.

Calcula-se que em média, 50 a 55 elementos, anualmente, foram alforriados ou deixaram de existir, no período de 1824 a 1872. Esta afirmação tem como base os dados que se seguem, indicadores do número de escravos em Goiás, no século XIX (33).

ANO	ESCRAVOS
1804	19.285
1808	20.027
1819	27.000
1824	13.375
1872	10.652

O braço escravo foi o sustentáculo da mimegação em Goiás. Porém, sua participação no estabelecimento da economia agro-pastoril, durante o século XIX, foi gradualmente desaparecendo. Em contraposição, desenvolvia-se paralelamente, o processo lento de formação de uma força de trabalho livre.

A visualização da conjuntura goiana de 1872, através da análise da repartição geográfica dos efetivos populacionais e da composição da força de trabalho, sugere concluir que:

- a Província de Goiás estava fragilmente vinculada à região Sudeste, onde, em determinadas áreas, tivera início a estruturação de uma "economia dinâmica, de bases capitalistas". A Província permanecia numa situação de isolamento geográfico, imposta pelas distâncias e a ausência de meios de circulação mais rápida;

- o volume da massa populacional, em confronto com a superfície do espaço, oferecia baixos índices de densidade demográfica. As várias frentes de penetração povoadora e o caráter extensivo das formas de produção determinaram a disseminação e a descontinuidade da ocupação;

- a regionalização da ocupação populacional, além de demonstrar o caráter descontínuo do povoamento, evidencia a falta de integração entre a região meridional e as áreas do centro-norte do Estado. As porções do centro-sul, em decorrência da regularidade da vida de relações, ainda que pre

(31) MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de uma oligarquia: Os Bulhões*, p. 84. Goiânia, Ed. Oriente, 1974.

(32) Orçamento do exercício de 1872/73 da Província de Goiás. op. cit.

(33) SALLES, Gilka V. Ferreira de. "O Trabalhador Escravo em Goiás nos Séculos XVIII e XIX" in *Anais do VI Simpósio Nacional dos Prof. Univ. de História*. Vol. I: 599-633, Coleção Revista de História, São Paulo, 1973.

parias, com os centros mais dinâmicos do país, Minas, São Paulo e Coria, apresentavam maior volume da população. Ressalta-se ali a associação expressiva da agricultura, com a crise da gado, em virtude da presença de vales de solos férteis e extensões cobertas de cerrado. Na constituição e, na centro-norte, a sub-região centro-oriental (Vila Boa, Lagoa Santa, Vassouras) eram escassamente ocupadas. O índice que se interpunha entre os vales do Tocantins e do Araguaia e o nordeste da região constituía verdadeiros vêncios demográficos. Finalmente, a concretização da colonização dirigida, os aldeamentos e presídios representavam tal arrasto, as únicas medidas oficiais em função da ocupação e do povoamento das paragens goianas;

- a estrutura sócio-profissional da sociedade goiana, em 1871, reflete o ruralismo conjuntural, pela superioridade numérica das atividades ligadas à agricultura, à criação e ao artesanato doméstico. O número recuzido dos que se ocupavam de outras atividades atinentes aos setores secundário e terciário, é outro índice significativo. Traduz o baixo nível de urbanização, com núcleos de população de estrutura frágil, cujas atividades produtivas eram incipientes. As cidades careciam de dinamismo para opôr-se, como centros de produção, às áreas rurais que as circundavam.

## CAPÍTULO III

### A DENSIDADE DA POPULAÇÃO DO SUL DE GOIÁS ENTRE 1872 E 1970.

#### I. A OCUPAÇÃO DO SUL DE GOIÁS EM FACE DO INCREMENTO DEMOGRÁFICO OCORRIDO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Em vista do caráter retrospectivo do presente estudo e do valor relativo dos dados censitários manuseados, limita-se à região Sul a análise da dinâmica e da composição da população de Goiás, no período de 1872 a 1900. Outras dificuldades pesaram na delimitação do fato no espaço e no tempo, conforme se pôde observar no desenvolvimento deste e do próximo capítulo.

Uma característica marcante do processo de povoamento de Goiás, manifestada desde as primeiras décadas da fase inicial da ocupação do território, no final do século XVIII, foi a frágil vinculação inter-regional. Durante mais de dois séculos, os elos de ligação entre as regiões Sul e Centro-Norte permaneceram tênues. Tal evidência, já frisamos nos capítulos anteriores, resulta de determinantes de ordem física e de ordem sócio-administrativa.

A morosidade do ritmo do movimento povoador e outras dificuldades, principalmente a falta de transportes e comunicações, retardaram a efetiva integração das duas porções do habitat. O distanciamento das relações inter-regionais bem

cedo sugeriu a idéia de desmembramento político-territorial, ou seja, a formação de duas unidades administrativas independentes. Cândido Mendes de Almeida, ao tratar da questão de limites entre Goiás e Mato Grosso no "Atlas Geográfico do Império do Brasil", em 1868, sugeriu indiretamente uma solução: "a Província de Goyaz não precisa de acumular territórios, mas de uma divisão em duas Províncias: uma no Norte sob a denominação de Tocantins, e outra ao Sul com a qual presentemente - tem, e ambas com fronteiras bem definidas" (1).

Embora, no decorrer do século XIX, a economia agro-pastoril passasse a predominar em toda a extensão territorial goiana, certos fatores determinaram relativo grau de diversidade sócio-econômica entre as duas regiões. Exerceram maior influência neste sentido elementos específicos do quadro natural e as relações com as províncias vizinhas, condicionadas pela contiguidade geográficas.

A ocupação das terras do Centro-Norte, passada a efêmera fase aurífera, desenvolveu-se mais lentamente em comparação com a intensidade do povoamento do Sul, até por volta do quinto decênio deste século.

Em consequência da grande extensão geográfica das áreas nortistas e das fracas correntes povoadoras procedentes do Nordeste, notadamente do interior da Bahia, profunda descontinuidade caracterizou a densidade da ocupação regional.

Pela situação geográfica, esta região delimitava-se com áreas scrtanejas de economia rudimentar e extensiva e, consequentemente, de fracas densidades demográficas. Emquadrvavam-se neste caso as terras fronteiriças do leste, correspondendo à bacia ocidental do rio São Francisco. Enquanto isso, as áreas limítrofes do norte e do oeste representavam grandes extensões de terras propriamente desocupadas. Além do

(1) ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*, p. 29, Rio de Janeiro, Lithografia do Instituto Philomathico, 1868.

mais, até meados do século XIX, prevaleceu a carência dos meios de comunicação e transporte. As vias naturais do Tocantins e Araguaia não receberam infra-estrutura necessária para conferir vitalidade às atividades comerciais ligadas à navegação. Os contatos comerciais com a Bahia continuaram se fazendo pelos precários caminhos orientados pelas passagens naturais da serra Geral. As subregiões do Centro-Norte, por conseguinte, conservar-se-iam num estágio econômico essencialmente fundamentado na criação extensiva e com efeitos populacionais predominantemente de ascendência nordestina. Esse estágio estender-se-ia até o decênio de 1940. Interpunham-se ali áreas em lento desenvolvimento, como o vale do Tocantins e os municípios do centro-leste; áreas vazias de população, representadas pelas terras intermediárias dos vales do Tocantins e Araguaia e outras, estacionárias, correspondendo aos antigos centros mineradores.

Com superfície inferior, o Sul de Goiás, além de constituir um quadro físico-natural mais favorável ao estabelecimento de populações agrárias, oferecia maior acessibilidade às correntes povoadoras. Estas eram procedentes das áreas de maior dinamismo sócio-econômico na época.

Em vista da expansão demográfica e econômica que ocorria no Sudeste, a partir dos anos de 1870 com a interiorização da lavoura de exportação, o fluxo povoador em direção aos sertões do Centro-Oeste aumentou em intensidade e volume.

Para avaliação dos influxos que alteraram o ritmo do movimento de ocupação no Sul de Goiás, deve-se acompanhar, no período em estudo, a dinâmica da população através dos índices de crescimento demográfico.

### 1.1. OS ÍNDICES QUANTITATIVOS DA POPULAÇÃO

No curto espaço de tempo inferior a 30 anos, ou

melhor, nos anos que se estenderam de 1872 a 1900, a população de Goiás cresceu aproximadamente 59%. Seus efetivos populacionais ascenderam de 160.395 para 255.284 habitantes. Com um aumento absoluto de 94.889 pessoas, o índice de crescimento médio anual foi de 2,1 (2). Contudo, pelos dados que se dispõe, os cálculos do crescimento médio da população oferecem maior margem de precisão, se se considerer cada período intercensitário.

\* O primeiro período compreende o espaço de tempo entre o Recenseamento Geral do Império do Brasil, em 1872, e o primeiro recenseamento da República, em 1890. O segundo período corresponde ao decênio de 1890, pois no final do mesmo, em 1900, realizou-se o terceiro recenseamento geral da população brasileira.

No primeiro período intercensitário, a população goiana sofreu um incremento de 41,8%, representando um acréscimo de 67.177 habitantes, com média anual de crescimento de 2,3%. No último decênio do século XIX, ou mais propriamente, no segundo período intercensitário, ocorreu um crescimento inferior do volume populacional do Estado. Verificou-se um aumento de habitantes de apenas 27.712, aumento este, cujo índice percentual alcançou 12,4%. O crescimento médio anual caiu para 1,2%. O percentual do volume demográfico de Goiás sobre o total da população nacional passou de 1,61%, em 1872, para 1,59% e 1,49%, em 1890 e 1900, respectivamente.

Entretanto, os resultados dos três primeiros censos gerais do Brasil são passíveis de críticas quanto a margem de erro. Em Goiás, conforme opinião da época, o recenseamento de 1890, como o de 1872 "foram muito imperfeitos, con-

(2) Minas Gerais era a unidade do Império que possuía maior volume populacional, 2.039.735 hab., em 1872. Esta população ascendeu para 3.594.471, em 1900, representando 20,61% da população do Brasil. A Bahia ocupava o 2º lugar, em 1872, com 1.375.616 hab., (13,89% da população global). Em 1900, passou a ocupar o 3º lugar com um contingente de 2.117.956 hab., ou seja, 12,15% da população nacional. São Paulo ficou em 4º lugar, em 1872, com 837.354 habitantes que representavam 6,43% da soma global. Em 1900, a população paulista somou 2.282.279 (13,08% do total da população do Brasil).

tribuindo para a sua imperfeição e desconfiança que inspira ao povo aquella providência administrativa". Estimava-se que a população do Estado fosse de 877.000 habitantes, "attentas a força prolífica do goiano e a imigração ininterrupta de mineiros para o valle do Paraíba" (3). De outra parte, segundo as estimativas oficiais, "ficaram sensivelmente abaixo da verdade os resultados do censo realizado em 31 de dezembro de 1900" (4). Este censo deveria acusar um maior índice de crescimento para as populações das unidades políticas do Brasil.

É notório que a população brasileira, no decênio de 1890, além do incremento pela multiplicação natural, foi acrescida com substanciais excedentes das migrações internacionais sobre as emigrações. Os imigrantes, em números absolutos, somaram 903.454 pessoas, representando 29,10% do incremento global (5).

No caso da população goiana, no mesmo período, embora não tenha aumentado pelas correntes de migrações de estrangeiros, continuou recebendo a contribuição das migrações inter-regionais.

O crescimento do contingente populacional de Goiás, no final do século XIX, embora não tenha significação no conjunto nacional, em nível regional foi de grande expressividade, principalmente no primeiro período em análise, isto é, entre 1872 e 1890. Pelos dados do censo de 1890, a região Centro-Oeste colocou-se entre as regiões de maior intensidade de crescimento demográfico, apresentando um incremento de

(3) Jornal "Goyaz" de 06 de julho de 1894.

(4) Ministério das Relações Exteriores, apud., CAMARGO, José Francisco de, "A População Brasileira", Brasil - a terra e o homem, II, A Vida Humana, direção de Aroldo de Azevedo, p. 63, São Paulo, Cia. Editora Nacional e Ed. da USP, 1970.

(5) GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. "A População Brasileira de 1872 a 1970: Crescimento e Composição por Idade e Sexo", Caderno 16, Crescimento Populacional (Histórico e Atual) e Componentes do Crescimento (Fecundidade e Migracões), p. 27-27,

45,1%. Foi superada pela região Sul, esta com 91,1% e a região Sudeste, com 46,3%.

No Brasil centro-oeste, a taxa populacional de Mato Grosso teve crescimento superior à da Goiás. De 1872 a 1900, aumentou 53,6%, ao passo que, no segundo período intercensitário, o incremento foi de 71,1%. No quadro das regiões brasileiras, dada a irregularidade no crescimento da população em âmbito regional, as posições foram alteradas entre 1890 e 1900. O maior índice de crescimento populacional deu-se na região Norte com 45,9%, o que se justifica pela afluência das correntes humanas em função do extrativismo da borracha. Em seguida, se colocam as regiões Sudeste e Sul, cujos acréscimos demográficos foram de 25,2% e 25,6%, respectivamente. O Centro-Oeste, em quarto lugar, apresentou uma taxa de incremento demográfico de 16,5%. Esta taxa representa pouco - mais de 1/3 do crescimento verificado no intervalo dos dois primeiros censos.

A falta de equilíbrio verificada no crescimento da população brasileira em termos regionais é uma evidência de que "o desenvolvimento econômico do país, processando-se com grande diversidade no seu ritmo e na sua estrutura, nas diversas regiões, é, sem dúvida alguma, o fator explicativo mais plausível para a irregularidade na distribuição e no crescimento da população" (6).

Os dados demonstram que o crescimento da população goiana, a partir do primeiro decênio do século XIX foi contínuo. Mas o Estado chegou ao final daquele século com um povoamento débil e escasso proporcionalmente à sua área territorial e ao nível de ocupação da maior parte dos Estados da Federação. Em 1900, conservavam população inferior à de Goiás

CEBRAP, São Paulo, 1973.

(6) CAMARGO, José Francisco de. "A População Brasileira", Brasil - a terra e o homem, II, A Vida Humana, direção de Arolão de Azevedó, p. 64, São Paulo, Cia. Editora Nacional e Ed. USP 1976.

somente três unidades: Araxá, com 11.249,<sup>a</sup> e Montes Claros com 208.781 e Mato Grosso com 114.076 habitantes.

Em escala local, o Sul é que apresentou maior dinamismo demográfico, conforme a seguinte evolução da sua população:

Quase nenhuma.

#### O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO REGIONAL DE GOIÁS: 1872-1900

Unidade	1872	1890	Incré mento (%)	Incré mento (%)
			1890	
Sul	160.395	227.571	41,7	255.281 11,4
Sul de Goiás	87.588	129.709	46,1	146.570(a) 13,5
Centro-Norte	72.807	97.864	34,4	108.714(b) 11,0

Fontes: Dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872, 1890 e 1900.

a) Estimativa

b) Estimativa

Os dados revelam a superioridade da região do Sul goiano em relação às sub-regiões do centro e do norte, quanto à intensidade do crescimento dos seus afeitos populacionais. A diversidade do ritmo de crescimento demográfico, ocorrida no tempo e no espaço, encontra conotação com as formas e a natureza das vinculações da sociedade com as regiões circunvizinhas.

Em Goiás, a região centro-norte recebia os influíxos de áreas de fraca ocupação demográfica e de economia primária extensiva; o Sul, pela situação geográfica e por contingências sócio-administrativas, mantinha relacionamento regular com os centros de economia mais dinâmica e, por conseguinte, de povoamento mais volumoso e concentrado. Infere-se que a diversidade de crescimento demográfico, verificada em âmbito intra-regional, liga-se às frentes de expansão sócio-económica para as terras sertanejas do ocidente brasileiro, com raízes no século XVIII.

A região Sul de Goiás, com 54% da população global da Província, em 1872, passou a contar com 55,2%, em 1890.

No segundo período intercensitário, estima-se que a população da região tenha crescido, aproximadamente, 19,0%. Acompanhando-se o ritmo de crescimento das cidades anteriores e considerando-se a taxa média de crescimento anual da população estadual, pode-se afirmar que seus efetivos humanos ascenderam de 129.708 para mais de 146.570.

Em nível municipal, os índices de crescimento da população adquirem maior significação e permitem uma avaliação mais precisa da intensidade das correntes povoadoras na área em estudo. Contudo, as taxas de crescimento demográfico das unidades municipais só foram registradas nos dois primeiros recenseamentos. Por esta razão, limitam-se ao primeiro período (1872-1890), as informações sobre o aumento populacional dos municípios meridionais de Goiás.

Os municípios que tiveram maior incremento nos seus efetivos populacionais foram: Morrinhos (207,3%), Piracanjuba (201,6%), Curralinho (85,1%), Rio Verde (72,4%), Entre-Rios (66,2%), Jataí (62,5%) e Jaraguá (53,3%). Todas as demais circunscrições municipais da região apresentaram crescimento inferior a 50% (Quadro nº 10).

Os maiores quantitativos do quadro nº 10 tornam-se mais elucidativos para o dimensionamento do movimento ascendente dos efetivos humanos, se forem consideradas as alterações na organização político-territorial da região, em virtude dos desmembramentos territoriais ocorridos quando da criação de novos municípios.

Na área, cujos municípios alcançaram maior índice de crescimento demográfico, o extremo Sul da região, ocupou o primeiro plano o Município de Morrinhos. Suas terras estendiam-se ao vale do rio Paranaíba, marco divisório com o território mineiro. Sua superfície, porém, sofrera um acréscimo de 2.400 km<sup>2</sup>, com a incorporação territorial da Freguesia de Caldas Novas, em 1880. A freguesia pertencia ao Município de Santa Cruz, e segundo o censo de 1890 contava 2.114 habitantes (7).

## Quadro nº 10.

## O CRESCIMENTO E A DENSIDADE DA POPULAÇÃO NO SUL DE GOIÁS

Municípios	Pop./1871	Densidade Demográfica	Pop. 1910	Densidade Demográfica
Bomfim	10.061	1,15	12.059	1,16
Catalão	10.821	1,37	11.249	1,37
Entre-Rios	6.803	0,55	7.984	1,37
Goiás	* 19.159	* 0,38	* 17.181	0,41
Jaraguá	4.634	0,52	7.129	0,81
Piracanjuba(a)	1.517	0,36	4.552	0,91
Pirenópolis(b) *	14.203	1,05	11.499	1,37
Santa Cruz	6.152	0,91	7.231	1,69
Morrinhos (c)	4.505	0,26	13.866	0,71
Santa Luzia	6.503	0,40	7.605	0,48
Rio Bonito	1.351	0,07	1.572	0,08
Rio Verde	4.125	0,06	5.321	0,26
Jataí	-	-	1.946	0,07
Curralinho(d)	-	-	10.530	0,74
Corumbá	-	-	8.996	1,98

Fontes: Dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872 e 1890.

Dados da Encyclopédia dos Municípios Brasileiros. Fundação IBGE, 1958, utilizados para a reconstituição das áreas municipais.

(a) Denominação nova do Município de Pauso Alto.

(b) Denominação que substitui a de Meia Ponte, antigo nome do município.

(c) Simplificação do antigo nome: Vila Bela de Morrinhos.

(d) Curralinho corresponde hoje a Itaberá.

Na faixa territorial do centro-sul, surgiram os municípios de Curralinho e Corumbá. O primeiro fora criado em 1868 e a sua instalação só veio concretizar-se em 1885, des-

(?) Directoria do Serviço de Estatística. Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil, p. 65, Rio de Janeiro, 1913.

membrando-se do Município de Goiás. Na condição de paróquia, em 1872, sua população somou 5.617 pessoas, ascendendo para 10.530, em 1890. A criação do Município de Curralinho significou uma subtração de aproximadamente 14.160 km<sup>2</sup> da área municipal da Capital da Província. O Município de Corumbá desmembrou-se do Município de Pirenópolis por força de lei provincial de 1875, a qual também restaurou a condição de vila do núcleo local. A vila de Corumbá fora criada em 1849 e, posteriormente suprimida (1863). O contingente populacional de 6.747 em 1872, apresentou um percentual de 33,2% de crescimento, em 1890, pois, em termos absolutos passou a contar 8.996 habitantes com uma superfície de 4.530 km<sup>2</sup>.

As áreas do lado ocidental da região Sul cujo povoamento era marcadamente rarefeito, em proporção, tiveram um expressivo aumento populacional no primeiro período intercensos. Especificamente, distingue-se a faixa que se estende para o oeste, compreendendo o Município de Goiás e o Sudoeste goiano. A população do município da Capital de Goiás, apresentou um índice de crescimento de cerca de 27,6%, desde que se exclua a massa populacional do território que constituiu o Município de Curralinho.

O sudoeste, em 1872, compreendia os municípios de Rio Verde e Rio Bonito, cujos efetivos de população somavam 5.522 habitantes. O acréscimo verificado foi de 4.317 pessoas ou 78,1% em termos percentuais.

Naquela extensão do território sulino, deu-se, em 1885, a criação do Município de Jataí, para o que, desmembraram-se 39.670 km<sup>2</sup> do Município de Rio Verde, que até então possuía uma vasta área territorial de mais ou menos 59.550 km<sup>2</sup>. A população do novo município, quantitativamente insignificante, 1.815 habitantes em 1872, cresceu para 2.946, em 1890.

A ocupação demográfica dos três municípios do Sudoeste, pelas taxas de crescimento, apresentou notável diversificação nos dois últimos decênios do Segundo Império. Enquanto os habitantes dos municípios de Rio Verde e Jataí au-

ento sob a forma de intercâmbio territorial e da penetração dos elementos povoadores.

## A SIGNIFICAÇÃO DO INCREMENTO DEMOGRÁFICO EM RELAÇÃO ESPAÇO

A evolução demográfica regional, apesar das s de crescimento demonstradas, perde a significativa, ao se estabelecer a relação do contingente de o com a superfície territorial, em vista dos baixos de densidade.

A densidade média de ocupação do espaço geográfico Goiás de 0,24 hab./km<sup>2</sup> em 1871, passou para 0,35 e, no despontar do século XX, apresentava o índice de 0,49 hab./km<sup>2</sup>. O sul da Província, com 54% da população segundo os números consignados pelo primeiro recenseamento nacional, apresentava a densidade 0,33 hab./km<sup>2</sup>.

Embora tenha intensificado o ritmo do povoamento conforme foi exposto linhas atrás, a ocupação de território não atingiu a média de 1 hab./km<sup>2</sup>. Os números em 0,49 hab./km<sup>2</sup>, em 1890 e, pela estimativa do seu populacional, em 1900 apresentava uma média de 0,55.

As áreas que se estendiam do centro para o norte, eram de população numericamente inferiores, distribuídas

(0,25 hab./km<sup>2</sup>) e, em 1900, (0,28 hab./km<sup>2</sup>). Esses índices, além de indicar o caráter rarefeito do povoamento local, sugerem os vazios demográficos que evidentemente existiam no oeste e para além das terras ocidentais goianas.

No quadro político-territorial do Sul de Goiás, conforme os dados de crescimento e densidade demográfica do quadro nº 10, podem-se distinguir dois conjuntos de municípios, ou melhor, duas áreas segundo a intensidade de ocupação do espaço.

A primeira área demográfica engloba os municípios cujas localizações geográficas correspondem ao sudeste e centro-sul. A segunda área compreende as unidades municipais do oeste e do sudoeste. (Mapa nº 2).

O primeiro conjunto de municípios, em 1872, possuía densidade demográfica média de 0,68 hab./km<sup>2</sup>. Os municípios com os mais altos índices de densidade, ou seja, mais de 1 hab./km<sup>2</sup>, eram: Catalão (1,37 hab./km<sup>2</sup>), Bomfim (1,15 hab./km<sup>2</sup>) e Pirenópolis, então denominado Meia Ponte (1,09 hab./km<sup>2</sup>). Os municípios cuja situação geográfica se projetava do sudeste para o centro da região, formavam o espaço de maior concentração populacional. Isto revela que até então ali havia maior intensidade do movimento de penetração povoadora, procedente da região Sudeste do país, principalmente, através da via de circulação regional, a estrada do Sudeste. Pelos números do Censo de 1890, a densidade média da população da área demográfica em foco, subiu para 0,96 hab./km<sup>2</sup>. Os municípios, que revelam as maiores taxas de incremento populacional, situam-se no extremo sul: Morrinhos e Piracanjuba. O fato de a estrada do Sul penetrar em Goiás através dos seus territórios municipais leva a concluir que, por aquela via, se dava, nos anos que se estenderam de 1872 a 1890, a entrada das correntes migratórias mais volumosas.

Tudo indica que a maior participação do saldo migratório na evolução da população dessa área seja decorrente da influência de uma série de fatores ligados às conjunturas local e nacional. As duas estradas citadas, estabelecendo as

Ligações de Goiás com a área de expansão da lavoura de exportação, convergiam para o centro-sul goiano. Essa zona oferecia possibilidades, ainda que em condições precárias, de desempenhar as funções de centro industrial e de prato de adegas pecuários para a frente cafeeira. A expansão da lavoura do café então se orientava para o norte do território paulista. Os fluxos migratórios eram atraídos pela disponibilidade de terras livres e férteis de vasta faixa do "Mato Grosso Goiano". Esta mancha de matas situava-se nas proximidades da Cidade de Goiás, o centro local de decisões políticas.

Em consequência da maior intensidade de ocupação dessa parcela do território goiano, diversas mudanças se processaram na estrutura administrativa regional. Além da criação dos municípios de Curralinho e Corumbá, no primeiro período intercensitário, entre 1890 e 1900, surgiram os municípios de Alemão, Bela Vista e Antas (8). Se em 1872, apenas três municípios do centro-sul apresentavam uma ocupação média de mais de 1 hab./km<sup>2</sup>, em 1890, esse número dobrou, conforme se pode observar: Corumbá (1,98), Santa Cruz (1,69), Catalão (1,47), Bomfim (1,38), Entre-Rios e Pirenópolis (1,37).

O Município de Corumbá, apresentando, no segundo censo geral, as mais altas taxas de densidade populacional, em relação aos demais municípios do conjunto, possuía, juntamente com o Município de Piracanjuba, as menores áreas territoriais: 4.530 e 4.980 km<sup>2</sup>, respectivamente. A área municipal de Piracanjuba correspondia a menos de 1/4 da área territorial do Município de Morrinhos, enquanto que o território de Corumbá representava pouco mais da metade da superfície do Município de Entre-Rios. Pelo fato de os dois municípios possuírem menores superfícies em relação à grande extensão figura dos demais, os índices de densidade média dos seus respectivos contingentes populacionais adquirem maior expressividade.

(8) *Ibid.*, p. 63.

O município de Alemão e Santana das Antas receberam, posteriormente, as denominações de Palmeiras de Goiás, o primeiro e Anápolis, o segundo.

A segunda área demográfica<sup>1</sup> do Sul de Goiás compreende a sua faixa ocidental, ou mais propriamente, o oeste, constituído pelo Município de Palmeira, que, juntamente com os municípios de Rio Verde, Rio das Pedras e Vassouras, por não ter território correspondente, manteve-se com a sua soberania regional, oferece as maiores taxas de crescimento artesanal no intervalo de 1872 a 1901.

O Município da Capital, com área territorial aproximadamente 51.900 km<sup>2</sup>, apresentava, em 1872, 11.000 hab., e a superfície territorial estendia-se, nessa época, além da actualidade que se convencionou para o Sul do Brasil, ao presente, trinta e lho. Em 1890, conquanto tenha sofrido subtração de território (14.160 km<sup>2</sup>) e de população, com a criação do Município de Curralinho, seu espaço geográfico permanece com baixo índice de ocupação, 0,44 hab./km<sup>2</sup>.

A Cidade de Goiás, partindo a área municipal, desempenhava a função de nó de comunicações. Ali, davava-se a conexão das estradas do Sudeste e do Sul e outros caminhos partiam da cidade, divergindo-se para vários pontos. Na direção oeste, estendia-se o caminho que levava ao povoado de Santa Leopoldina, na margem da via fluvial do Araguaia e outro orientava-se na direção de Mato Grosso. Entretanto, os influxos advindos dos meios de circulação, dada a precariedade de das condições oferecidas, foram incipientes, estimulando relativamente a ocupação aos limites das áreas circunvizinhas da Capital. Suas extensões ocidentais, principalmente, permaneceram desertas. A Capital apresentava posição excentrica no quadro físico e social goiano. Além de achar-se descentralizada na organização político-administrativa, seu vasto território municipal dispunha de condições fisiográficas (vegetação e solo) mais pobres que as das áreas contíguas do centro-sul. Daí, haver permanecido com provavelmente assinalado por grandes vazios, no decorrer de vários decênios do século XX.

O Sudoeste goiano, embora tenha recebido um incremento populacional expressivo nos últimos trinta anos do sé-

culo XIX, o que possibilitou a consolidação de sua posição na zona de grande exportação de gado, persistiu como uma pequena povoada em Goiás.

Com 0,07 hab./km<sup>2</sup>, segundo os números do primeiro censo geral do Império, em 1851, seu efeito populacional apresentou uma densidade de ocupação espacial pouco superior a 0,12 hab./km<sup>2</sup>. Diante de tal movimento populacional, embora os dados do inquérito censitário de 1860 sejam insuficientes para o cálculo do crescimento demográfico das unidades municipais, pode-se afirmar com segurança que, no desmontar do século XX, nenhum dos municípios é, muito menor a região, contava pelo menos com 1 hab./km<sup>2</sup>.

A organização político-administrativa do território compreendia, no início do decênio de 1870, os municípios de Rio Verde e Rio Bonito, dando-se mais tarde, conforme já se referiu, a criação do Município de Jataí. Os três municípios compunham a Comarca do Rio Verde, unidade administrativa-judiciária criada em 1872, nos extremos ocidentais do território goiano. Limitava-se com Mato Grosso, cujos marcos ainda não estavam definitivamente oficializados e com Minas Gerais, pelo rio Paranaíba.

Vencendo enormes distâncias, através de extensões desertas, os criadores exportavam anualmente milhares de cabeças de gado.

Ilustram os baixos índices de ocupação humana as observações registradas por Oscar Leal, em 1890, quando percorreu a região. Na sua viagem da vila de Rio Verde para Torres do Rio Bonito, numa distância de 30 léguas, cortou 6 léguas pela estrada comumente deserta, sem encontrar nenhuma habitação (9).

Os contatos comerciais mais intensos eram feitos com Minas e São Paulo pela "estrada grande que vai de Rio

(9) LEAL, Oscar. *Viagens às Terras Goyanas*, p. 182, Lisboa, Typographia Minerva Central, 1891.

"Verde ao porto de São Jerônimo no Paranaíba" (10). Uberaba, no Triângulo Mineiro, era o centro urbano que exercia maiores influjos dinamizadores sobre a região. Era o ponto integrador não só das relações comerciais, como também de passagem dos elementos que buscavam os tempos propícios à criação no Sudoeste goiano. A vila de Rio Verde, situada a 90 léguas de Uberaba, era o centro mais próximo para os contactos com o Sudeste do Brasil. O núcleo de Jataí, um pouco mais afastado, separava-se daquele centro mineiro, em aproximadamente "110 léguas por maus caminhos, onde residem as fevers intermitentes", na estação chuvosa (11). Apesar da sua origem recente, aquele centro populacional apresentava grande florescimento, rivalizando-se com Rio Verde, na arredação das rendas.

Pela estrada que demandava a Mato Grosso, o intercâmbio comercial se caracterizava pela importação de sal e a exportação de gado. Por esta via de circulação, a entrada de contingentes povoadores, no período em apreciação, era numericamente pouco significativa. Além do despovoamento do território matogrossense, as atividades econômicas ali desenvolvidas eram congêneres às do Sudoeste de Goiás.

A sub-região ora em foco achava-se numa posição de semi-isolamento, dada a frágil ocupação e as grandes distâncias impostas pelas extensões geográficas do Brasil central. Além disto, a atividade produtiva predominante, a criação em campo aberto, favorecia, até certo ponto, a permanência do povoamento disseminado e rarificado. O avanço da fronte de ocupação explica o fato de os seus habitantes viverem, à época, expostos aos frequentes assaltos de índios. Estes surgiam aos bandos, de tempos em tempos, praticando toda sorte de depredações (12).

Pela demonstração dos índices da evolução da popu-

(10) *Ibid.*, p. 169-178.

(11) *Ibid.*, p. 198.

(12) *Ibid.*, p. 190.

laciação e da densidade de ocupação do espaço no Sul de Goiás, entre o início da década de 1870 e o final da de 1890, percebe-se claramente maior intensidade do ritmo do processo de povoamento. Tal aceleração torna-se, mais expressiva em face da lentidão do processo povoador, embora regular, que se desenvolvia desde o decênio inicial do século XIX, vencida a fase de decadência da exploração aurífera.

Apesar da maior intensidade da dinâmica populacional então verificada, em termos de crescimento e de densidade demográfica, o caráter do povoamento regional não chegou a se alterar. Imensos espaços permaneceram vazios ; , mesmo nas áreas que apresentaram os mais elevados índices de aumento demográfico nos intervalos intercensitários, a relação superfície-população, aponta a persistência da superficialidade ou debilidade da ocupação.

Da mesma forma, os padrões de organização sócio-econômica não sofreram alterações. Não se operou nenhum processo de transformação que condicionasse novas dimensões estruturais às formas de vida, conforme o que se acha explicitado no Capítulo IV.

Não se pode negar, entretanto, que o crescimento demográfico consequentemente exigira e provocara expansão paralela em diversos setores conjunturais de Goiás.

Nesta linha de reflexão, busca-se apreender os elementos elucidativos do maior dinamismo do processo de povoamento regional, nos decênios finais do século passado.

### 1.3. OS FATORES BIOLÓGICOS DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

Partindo da hipótese de a conjuntura haver conservado as suas bases tradicionais, infere-se que o crescimento dos efetivos humanos, pelo processo de multiplicação natural, evidentemente continuou a se fazer com a intensidade tradi-

cional. As taxas médias de crescimento da massa populacional são indicativas do sentido ascendente do crescimento natural, decorrente das altas taxas de natalidade. Característica marcante das sociedades pré-industriais é a baixa taxa de mortalidade, o incremento vegetativo da população era devido ao aumento do contingente populacional pelas fluxos mais volumosos e regulares de migrantes, procedentes na sua grande maioria, das províncias de Minas Gerais e São Paulo.

Em contraposição, os coeficientes de mortalidade certamente eram elevados, dada a pobreza da conjuntura, carente de recursos para combater as causas biológicas e sociais da mortalidade.

Na falta de elementos para o levantamento dos coeficientes de natalidade e mortalidade, tomou-se como referência a pirâmide etária da população regional, segundo os dados do recenseamento imperial de 1872.

A estrutura etária do Sul goiano refletia não só aspectos da conjuntura provincial, mas também da conjuntura nacional, cuja base sócio-econômica era de natureza essencialmente agrária e, por conseguinte, ambas refletiam as mesmas características populacionais, conforme os grupos de idade. Assim, a pirâmide da população em foco apresenta uma base consistente, em razão da predominância da população jovem. Figura nº 1. Os altos índices de natalidade são evidenciados pelo percentual superior a 54% da população de 0 a 19 anos.

O acréscimo demográfico, pela contribuição da alta natalidade reduz sua significação quantitativa diante de taxas que indicam a ação da mortalidade infantil e da mortalidade de crianças de menos de cinco anos, ou melhor, de 1 a 4 anos. Enquanto o grupo etário de 0 a 4 anos corresponde a 14,14% da população regional, o grupo de 5 a 9 anos era numericamente superior, representando 17,30%.

As taxas percentuais apontam como grupo etário de maior sobrevivência o dos indivíduos de 30 a 39 anos, que somavam 10,87% do total do volume da população. Aqueles que

gontavam 50 anos e mais representavam apenas 7,1%. Neste grupo, foram englobados os que não declararam idade, considerados no inquérito censitário, pessoas de "idade ignorada". Ocuparam sete número deveria ser 100% - 100, 97,1% da população nacional corresponderam a 100%, entre a população total 100, as taxas relativas aos grupos de idade adulta e velhos traçam os altos índices de mortalidade no contingente que constituía a população ativa na região. Permite apreender também a curta duração da vida média do goiano do século XIX.

Considerando-se algumas referências sobre as condições sanitárias da sociedade guianense, no final do século XIX, pode-se apreciar, em linhas gerais, a carência de recursos para os serviços de saneamento, que então imperava. Crianças e adultos viviam expostos à ação de doenças diversas e frequentes, umas de caráter endêmico, outras infecciosas ou não, que minavam a saúde e, anualmente, ceifavam muitas vidas.

As observações sobre o estado da saúde pública, feitas pelo Presidente da Província, no seu relatório de 1º de junho de 1877, vêm reforçar o que se inferiu sobre a mortalidade no Sul de Goiás. Textualmente afirmou: "convém consignar que, se não temos, ou estamos livres de certas epidemias reinantes que assolão, as populações pelo litoral, observe-se, infelizmente, que a mortalidade aqui excede muito a proporção que devia guardar com o cálculo da população, sem que, por falta de estudos, se pudesse até hoje determinar a causa. Há falta absoluta de médicos por todos esses lugares, as populações vivem entregues aos seus próprios recursos" (14).

A ação da tropicalidade das condições climáticas e falta de recursos materiais e humanos para os empreendimentos de saneamento respondem pela frequência anual de surtos de moléstias. Algumas ocorriam com caráter sazonal, como as "fe-

(13) GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. op. cit. p. 30.

(14) Relatório do Presidente da Província de Goiás de 1º de junho de 1877, in Correio Oficial de 16 de setembro de 1877, p. 1.

anta Rita, um dos pontos de passagem no rio Paraíba, e a estrada do Sul, as febres fizeram. Naquele ano, "para os casos fatídicos" (15). Quando da realização das obras de extensão da linha telegráfica de Uberaba a Cuiabá, para a capital de Goiás, as febres constituíram sérios obstáculos ao prosseguimento normal do ritmo dos trabalhos. Em março de 1877, as turmas estavam acampadas no arraial do Rio dos Coqueiros, diariamente cinco, seis e mais praças" eram atacados, chegando a somar 81 doentes (16).

Em meados da estação seca, que se estende de setembro a fevereiro, normalmente verificava-se ocorrência de moléstias que afetavam o aparelho respiratório. Algumas, dado o clima seco e fúlgido, proliferavam largamente.

Registra-se a ocorrência de um surto de coqueluche em 1877, "fazendo não pequeno número de vítimas entre crianças, accommodando mesmo alguns adultos, principalmente na cidade (a Capital) e em algumas povoações ao Sul". A "influenza", mal que a Europa passou aos sertões goianos, "influenza", conforme observações de Oscar Leal, em 1890, já era uma doença debilitante sobre a população goiana. Vários casos foram anotados por aquele viajante, na romaria de São João, no arraial de Campininha e em Bela Vista. Há também outras ocorrências, no mesmo ano, na Cidade de Goiás e Entre-Rios (18).

*Relatório do Presidente da Província de Goiás de 1º de outubro de 1874, in Correio Official de 5 de agosto de 1874.*  
*Jornal "Goyaz" de 14 de março de 1890, p. 3.*

*Relatório do Presidente da Província de Goiás de 1º de outubro de 1877, in Correio Official de 15 de setembro de 1877.*

Eram também frequentes os surtos de varíola e a população não recebia com regularidade os benefícios da vacinação, muitas vezes devido à falta de reservas de "lúer", quando não acontecia de o mesmo chegar atrasado, talas demoras na estrada de Miras". Por essa via, fazia-se a contratação com o "Instituto Vaccinico" do Rio de Janeiro. Por outro lado, a Junta Central de Higiene Pública, no período imperial, funcionava apenas na Capital, não dispondo de funcionários, "os inspectores de saúde pública", em nenhum outro ponto do território - (19).

A carência de recursos limitava a ação do poder público à realização de vacinação, embora se fizesse de forma irregular. Os auxílios às Câmaras Municipais, por parte do governo central da Província, quando se faziam, eram somente em ocasiões de surtos epidêmicos. Nota-se que a preocupação do governo com o estado de saúde da população e com a necessidade imperiosa de obras de saneamento, só se manifestava durante a ocorrência de epidemias. E as raras disposições relativas à saúde da população permaneceram no plano teórico. É o caso de determinações relativas ao saneamento municipal, que "achão-se encravadas em algumas posturas, desconhecidas e inexecutadas. Muitas causas concorrem para a pobreza das leis relativas à saúde publica, e para a inefficacia das poucas que possue a província. Entre essas causas destacam-se duas cardeas: a ignorância dos preceitos hygienicos e os nossos hábitos" (20).

A precariedade dos serviços de saúde pública atingiu maiores proporções no último decênio do século, em razão da demora em se consolidar a administração central do Estado.

A Mensagem do Presidente enviada à Câmara dos Deputados, em 13 de maio de 1889, faz referência ao surto de va-

(18) Relatório do Presidente da Província de Goiás de 19 de junho de 1873, in Correio Official de 27 de julho de 1873, p. 2.

(20) Relatório do Presidente da Província de Goiás de 19 de março de 1880, in Correio Official de 27 de março de 1880, p. 1.

riola, que atingira os municípios da centro-sul, provavelmente dos contatos com o interior de Bahia. Seguiria a justificativa da falta de iniciativa governamental no sentido de debelar a expansão da doença. Fazia parte do projeto não só organizar o serviço sanitário do Estado, Igreja "moral", e ainda aí ainda não havia legislar, definindo a competência do Estado e dos Municípios na execução dos serviços estatutários do setor de saúde. Tal medida estava na dependência da interpretação da lei complementar à Reforma Constitucional, que conferia ao Congresso "a atribuição de legislar sobre suorros públicos em circunstâncias anormais de calamidade e hygiene" (21). Estas mesmas considerações constam da mensagem do Presidente do Estado, em 1900 (22).

É evidente a morosidade da organização administrativa local, que tivera início há mais de dez anos, com a proclamação da Repartição, em 1881. Enquanto isso, as necessidades sanitárias em Goiás continuavam emergentes e imperiosas com a população abandonadas à própria sorte.

Em linhas gerais, foram considerados os fatores biológicos do crescimento demográfico, através da estrutura etária e das condições de saúde da população regional. Uma apreciação sobre os fluxos migratórios para o Sul de Goiás, no período histórico em apreço, torna-se indispensável, sabendo-se que "uma população cresce na medida de suas taxas de mortalidade e natalidade e no volume de seu saldo migratório" (23).

#### 1.4. AS CORRENTES MIGRATÓRIAS: FATOR EXTERNO DO INCREMENTO DEMOGRÁFICO

A convergência de elementos alienígenas nacionais

(23) Mensagem do Presidente da Repartição de Goiás enviada à Câmara dos Deputados, em 18 de maio de 1895, in Semanário Oficial

para as extensões meridionais de Goiás, apesar do relativo aceleramento verificado no decorrer dos dois últimos decênios do século XIX, não significou o deslocamento de grandes levas de migrantes. A penetração de indivíduos provenientes das regiões circunvizinhas constitui a continuidade do movimento de expansão demográfica e geográfica que, paulatinamente fazia recuar as fronteiras ocidentais, desde o século XVIII. A mudança da intensidade dos fluxos, no final do século passado, resultou dos estímulos advindos da expansão econômica, que se operava no Sudeste, orientando-se para o interior do Brasil, aproximando-se das áreas agro-pastoris sertanejas. A contiguidade territorial, oferecendo facilidade de acesso e a existência de terras livres, eram outros fatores que animavam as correntes humanas oriundas, na sua maioria, do interior da região Sudeste.

A época, as migrações inter-regionais de elementos brasileiros mantinham-se em segundo plano, pois só no século XX iriam superar o contingente de migrantes estrangeiros como mão-de-obra absorvida nos setores mais dinâmicos da economia capitalista. Contudo, os deslocamentos interregionais de força de trabalho nacional alcançaram maior expressão no estender do último quartel do século XIX, com a atração exercida pelas áreas abastecedoras da região cafeeira, atingindo, de preferência, o centro-sul do país. Da mesma forma, a exploração extrativista da seringueira da Amazônia provocava o afluxo de nordestinos para a região nortista. Além da influência de fatores de ordem externa, forças internas provocaram a emigração em massa de populações do Nordeste. Exerceu pressões neste sentido a grande seca dos anos de 1877-79 que afetou principalmente o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Os movimentos migratórios, que se processavam no Brasil, apresentavam então, no seu conjunto, vários níveis e

cial de 27 de junho de 1889, p. 1.

(22) Mensagem de 13 de maio de 1900, in jornal "Goyaz" de 13 de maio de 1900, p. 4.

(23) GONÇALVES, Mirna Ayres Issa. op. cit., p. 27-74.

formas diversas. Compreendiam várias correntes, de nacionais e estrangeiros, com destinos e finalidades várias. As correntes nacionais, que buscavam não só o Sul como todo o território goiano, foram classificadas pela concepção tipológica de Jorge Balán como "migrações lentas e de curta distância ampliando as regiões ocupadas com economia agro-pecuária de subsistência" (24).

Na impossibilidade de dimensionar, quantitativamente e qualitativamente, os fluxos migratórios para Goiás, no decorrer dos dois períodos intercensitários considerados, o presente estudo se limita aos dados fornecidos pela coleta do Censo de 1872. Naquele ano, o volume populacional da Província era constituído de 160.395 habitantes. Deste total, os elementos adventícios representavam 12% e, segundo a procedência, assim se distribuíam:

1 - Do Centro-Sul		14.601
Minas Gerais	12.582	
São Paulo	1.253	
Rio de Janeiro	325	
Paraná	271	
Outros	170	
2 - Do Nordeste		3.717
Bahia	2.776	
Piauí	472	
Pernambuco	240	
Outros (25)	230	
3 - O Sudoeste (de Mato Grosso)		1.184

Pode-se apreciar claramente a predominância numérica dos que imigravam das áreas territoriais contíguas do ter-

(24) BALÁN, Jorge. "Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil". *Estudos Cebrap*, 5, 3º trim. de 1973: 11-79, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências Ltda., 1973.

(25) Os maranhenses e paraenses, eram em número reduzido, apesar de procederem de áreas limítrofes com Goiás: 4 e 81, respectivamente.

ritório goiano, os mineiros representando 67,81%, os baianos, 14,22% e os matogrossenses, 5,36%. Os paulistas embora não fossem favorecidos pela continuidade territorial, procediam de uma área relativamente próxima.

Minas Gerais, confrontando-se com o espaço geográfico de Goiás, pelos lados leste, norte e sul e com povoamento avolumado para a época, orientava desse modo a expansão da criação de gado para o oeste, ou melhor, para os campos goianos. Entretanto, a penetração acentuou-se, notadamente, a partir do penúltimo decênio do século passado, com a marcha do café do oeste para o norte de São Paulo. As áreas que iam sendo ocupadas pelas lavouras cafeciras, transformavam-se em mercados consumidores em crescimento da produção pastoril dos campos ocidentais.

A expansão das vias férreas, precedida pelo avanço da lavoura comercial, foi outro fator de influência direta na intensificação dos fluxos povoadores. Em 1872, a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro iniciava a execução do primitivo projeto ferroviário. Este deveria ligar o sul do Brasil e os portos do Rio de Janeiro e Santos com as províncias de Goiás e Mato Grosso. E, conectando a linha ferroviária com a via fluvial do Araguaia, fazer a ligação com o Pará. A linha férrea então projetada, deveria atravessar o território goiano, passando pela Cidade de Goiás e atingir o Araguaia (26). Os trabalhos de construção foram iniciados em Jaguara e, depois de 20 anos, a ferrovia chegou em Araguari, no Triângulo Mineiro, próximo à divisa de Goiás. Os trilhos ali permaneceram, sem condições para prosseguir, apesar da concessão goiana à Companhia Mogiana, de 1890. Foi concedido àquela companhia o privilégio de exploração da linha, por 70 anos, para o prolongamento da ferrovia desde o rio Paranaíba "até Jurupensen, Leopoldina ou pontos intermédios no rio Araguaia" - (27).

(26) Jornal "Goyaz" de 21 de fevereiro de 1890, p. 1.

(27) Jornal "Goyaz" de 18 de abril de 1890, p. 3.

Outra ferrovia, que penetrava na direção das áreas sertanejas ocidentais, era a Estrada de Ferro Oeste de Minas, que, em 1878, alcançou Formiga, no centro de Minas.

Concomitante à expansão da ferrovia todo Triângulo Mineiro, dava-se a implantação da linha telegráfica entre a Cidade de Goiás-Cuiabá. Em 28 de agosto de 1880, inaugurou-se a estação telegráfica da Capital de Goiás. Tal fato constituiu-se em benefício de grande alcance para as populações que viviam em condições de semi-isolamento nas paragens meridionais de Goiás.

As tradicionais vias de circulação no Sul goiano, a estrada de Sudeste e a estrada do Sul continuaram a desempenhar suas funções históricas. Conduziam os elementos vindos do centro-sul, condicionando a disseminação dos mesmos na região.

Da mesma forma, a acessibilidade oferecida pelas gargantas meridionais da serra das Divisões orientava outros caminhos mineiros, principalmente São Marcos e Arrependidos. Duas vias conduziam ao sul goiano e outras estradas naturais levavam à zona centralizada por Formosa, então intermediária dos contatos entre o centro-leste e o sudeste goianos.

Os povoadores, que vinham de São Paulo e de outras áreas vizinhas, faziam o trajeto mais curto atravessando o Triângulo Mineiro e, pela estrada do Sul, atingiam o extremo Sul de Goiás.

A contribuição do contingente originário de Mato Grosso, no povoamento goiano, era pouco expressivo em 1872. No entanto, os fatos que antecederam à realização do primeiro recenseamento geral do Brasil sugerem o aumento de migrantes de Mato Grosso, preferencialmente para o Sudoeste de Goiás. Apesar de tratar-se de uma área de povoamento rarefeito, as circunstâncias ligadas à Guerra do Paraguai e à intensificação das relações comerciais entre Goiás e Mato Grosso, em função da guerra, explicam o maior número de matogrossenses nas terras goianas, daí para frente mesmo terminadas as operações bélicas, as relações de comércio prevaleceram, pas-

sando naturalmente por certo arrefecimento. Segundo as informações de Oscar Leal, dadas em 1880, operava-se um comércio interregional regular, ou seja, entre o Sudeste goiano e o sul de Mato Grosso. Aquele viajante, reflete-se no comércio de gado nos municípios do Sudoeste, afirma que, "despois das vendas de primeira qualidade costumam alguns criadores mandar o refugo, como chamam, para o sul de Mato Grosso, que é vendido no Paraguai. Devido a esses negócios é que existe no Rio Verde e em toda a comarca, uma grande quantidade de prata estrangeira, (moedas argentinas e paraguaias) (28). As Jumás também grande importância na época, o intercâmbio de sal, sendo a povoação de Coxim o grande centro de abastecimento desta mercadoria. Para o deslocamento das cargas de sal, utilizavam o carro-de-boi, que oferecia melhor acondicionamento, em vista do volume e os riscos de perecibilidade face às intempéries (29).

A imigração de nordestinos para Goiás, proporcionalmente menos significativa do que as correntes procedentes das áreas do Sudeste, guarda certo interesse até então, em razão do volume das correntes povoadoras originárias da Bahia.

Os elementos nordestinos, fixando-se em terras goianas, notadamente na região centro-norte, desde os primórdios da ocupação territorial, não contribuíram de forma substancial no processo de povoamento do Sul de Goiás até o segundo decênio deste século.

No período histórico em estudo, em âmbito intra-regional, supõe-se que a região do Sul, em vista do dinamismo econômico das áreas do Sudeste do Brasil, passasse a exercer uma fraca atração sobre elementos fixados nas extensões do centro-norte de Goiás. A absoluta falta de dados para confirmar movimentos da população em tal amplitude, impede considerações mais objetivas. Acredita-se, que os deslocamentos do

(28) LEAL, Oscar. op. cit., p. 179.

(29) Ibid., p. 213.

norte e do leste para o Sul de Goiás, ocorressem esporadicamente, não representando quantificação significativa. Em primeiro lugar, as áreas centrais de moradias fizeram-se apresentavam debilmente povoadas, com baixas fricções de mobilidade demográfica. Em segundo lugar, aquelas extensões de territórios constituíam-se em habitat propício à expansão da fronteira extensiva das regiões sertanejas nordestinas, e contribuíram do território e a orientação das vias naturais de circulação determinavam não só a direção da penetração dos povoadores, como também do intercâmbio da produção regional. As correntes comerciais da produção daquelas regiões goianas eram tradicionalmente voltadas para os mercados do Nordeste e do Norte.

Visualizados os fatores do incremento populacional, verificado no povoamento meridional de Goiás, no espaço de tempo delimitado, propõe-se, dentro das limitações dos primeiros recenseamentos nacionais, apreciar alguns aspectos da composição da sociedade da região em estudo.-

## 2. ASPECTOS DA COMPOSIÇÃO DOS EFETIVOS HUMANOS DO SUL DE GOIÁS

A abordagem sobre a composição populacional da região se restringe a determinadas características. Em primeiro plano, colocam-se os aspectos demográficos quanto a condição civil, nacionalidade e o processo de miscigenação. Estas considerações tem como objetivo primordial apreender, principalmente, a contribuição do elemento negro na formação da sociedade sulina de Goiás. Em segundo plano, a análise atém-se ao enfoque sobre o nível geral de instrução da população. Os processos demográficos referidos serão apreendidos em suas linhas gerais em face das limitações das fontes documentais.

2.1. A POPULAÇÃO SEGUNDO A CONDIÇÃO CIVIL, NACIONALIDADE E COR

A composição da massa populacional do Sul de Goiás, quanto à condição civil, pode ser apreciada pelo expositivo quadro seguinte, que permite correlações em vários níveis.

Quadro nº 11.

A PROPORÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO LIVRE E A POPULAÇÃO ESCRAVA, EM 1872

Unidade	% Pop. Livre	% Pop. Escrava
Brasil	84,7	15,3
Região Centro-Oeste	92,2	7,8
Província de Goiás	93,3	6,6
Sul de Goiás	92,1	7,9
Municípios do Sul de Goiás		
Goiás	92,6	7,4
Meia Ponte (Pirenópolis)	92,9	7,1
Bomfim	92,8	7,2
Rio Verde	83,8	16,2
Catalão	94,4	5,6
Vila Bela de Morrinhos	87,8	12,2
Santa Cruz	91,7	8,3
Entre-Rios	90,9	9,1
Santa Luzia	93,4	6,6
Rio Bonito	77,9	22,1
Jaraguá	95,1	4,9
Pouso Alto	94,2	5,8

Fontes: Dados extraídos do Caderno 1º: "Crescimento Histórico da População Brasileira até 1872", p. 26, São Paulo, Centro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 1973. Dados do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 (30).

(30) Os municípios do Sul de Goiás e seus contingentes populacionais livre e escravo, em 1872:  
Goiás: 17.727/1.432; Jaraguá: 6.407/232; Meia Ponte (Pirenó-

A população escrava no Brasil, em 1872, estava sob o processo de regressão paulatina, a que se fez a referência no segundo capítulo deste trabalho. Pelos números registrados na tabela anterior, os percentuais da massa escrava da Região Centro-Oeste e da Província de Goiás são bem inferiores ao percentual médio do Brasil. Sabe-se que, no Oeste, a regressão do número da escravaria teve início com a decadência da economia do ouro, desde o final do século XVIII. Além disso, as novas bases econômicas estabelecidas e consolidadas na região, no decorrer do século XIX, enquadram-se nas formas de produção pré-capitalista. A criação extensiva, principal atividade produtiva regional, exigia contribuição mínima de mão-de-obra. Paralelamente, a pequena lavoura de subsistência não oferecia excedentes que pudessem oferecer lucros para investimento na mão-de-obra escrava, tão oneroso a partir da abolição do tráfico de africanos.

O Sul de Goiás, inserido nesta realidade conjuntural, detinha, em 1872, 6.989 dos 10.652 escravos existentes em Goiás. Os municípios de Goiás e Pirenópolis (então Meia Ponte), contavam com maior volume de escravos, 1.432 e 1.009 respectivamente. Somavam 34,92% do total de escravos na região.

Observa-se ainda que os municípios com menores contingentes de população apresentam, proporcionalmente, os mais elevados índices percentuais de escravos. Citam-se neste caso os municípios do Sudoeste e o de Vila Bela de Morrinhos, no extremo sul, cujas populações, segundo a condição civil, assim se repartiam:

Rio Bonito	1.088 livres e 309 escravos
Rio Verde	3.456 livres e 669 escravos
Vila Bela de Morrinhos	3.956 livres e 549 escravos

polis): 13.194/1.009; Bomfim: 9.352/734; Pouso Alto (Piracanjuba): 1.422/88; Santa Cruz: 5.637/516; Vila Bela de Morrinhos: 3.956/549; Santa Luzia (Luziania): 6.071/432; Entre-Rios: 4.372/436; Catalão: 9.917/585; Rio Verde: 3.456/669 e Rio Bonito: 1.088/309.

Sob o aspecto da nacionalidade, a parcela de escravos, na população geral de Goiás, em 1872, era constituída de 140 estrangeiros ou africanos. Este número, somado com o número de estrangeiros livres (277), formava um contingente, ou seja, 2,33% da massa populacional. No Sul, encontra-se a maioria de pessoas estrangeiras, formada de 187 livres e 116 escravos. Os resultados do censo de 1890 sugerem dúvidas, pois indicam uma grande regressão do número de estrangeiros em Goiás, registrando apenas 62 pessoas.

No processo de miscigenação em Goiás, assume importância a contribuição dos escravos. Em 1872, os escravos de cor preta somavam 6.543 e os pardos, 4.109, em toda a Província. Na região do Sul existiam 4.260 escravos pretos e 2.725 pardos.

Pelo quadro nº 12 que segue, embora com certas restrições, é possível uma visualização aproximada do processo de mestiçagem no Sul de Goiás, pela composição da população, segundo a cor.

Quadro nº 12.

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO SUL DE GOIÁS, SEGUNDO A COR (a)

População	1872		1890	
	nº absoluto	%	nº absoluto	%
Branca	33.501	38,31	52.411	46,11
Parda	37.927	43,26	44.014	33,12
Preta	6.389	7,25	10.599	8,22
Cabocla	2.307	2,58	12.511	9,81

Fontes: Dados dos recenseamentos gerais do Brasil de 1872 e 1890.

(a) Os índices percentuais são referentes ao total da população regional, que era 87.596 e 129.708 habitantes, em 1872 e 1890, respectivamente.

A comparação entre os índices de 1872 e 1890 leva à suposição de que, nos dois inquéritos censitários, não foram observados os mesmos critérios na consideração da cor. A população branca, passando a constituir a maioria, em 1890,

Argueiz, as tribos viviam "em contacto com os cristãos, que deles não receiam por em quanto actos de hostilidade" (34).

Apreende-se que, no centro-norte de Goiás, havia condições mais favoráveis à integração sócio-cultural do elemento indígena, que na região Sul. Isto era devido não só à relativa tranquilidade das tribos, como também ao trabalho de catequese, desenvolvida através de maior número de aldeamentos. No mesmo sentido deve-se considerar a influência do avanço da frente de ocupação no Sul que se processava com maior intensidade. A expansão do povoamento, principalmente na sub-região do Sudoeste, ao que tudo indica, constituiu-se em importante fator da reação hostil dos selvagens ali estabelecidos.

## 2.2. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Finalmente, coloca-se a composição da população sulina, segundo o nível de instrução, cujos aspectos manifestam o ruralismo dominante, na conjuntura goiana.

Uma primeira característica é o elevado número de analfabetos, na massa populacional da região. Segundo os resultados censitários de 1872, 79,71% dos habitantes do Sul de Goiás eram constituídos de analfabetos. Esse índice, em 1890, ascendeu para 88,55% (35). No primeiro recenseamento, a proporção era de 7 pessoas analfabetas para uma que sabia ler e escrever. Esta proporção alterou-se, segundo os dados do segundo recenseamento, quando passou a existir 8 analfabe-

(34) *Ibid.*, p. 2.

(35) No Sul, em 72 existiam 87.588 habitantes, dos quais, 69.823 eram analfabetos, 10.772 sabiam ler e escrever, segundo os critérios censitários. Em 1890, dos 129.708 habitantes, 114.866 foram registrados no censos, como analfabetos e ..... 14.780, alfabetizados.

hou um aumento na faixa de 16,2%, fogo é o alíjante, fato que considerado o desorden populacional levava à vulnerabilidade dos elementos alienigenas. Iotes procediam principalmente às áreas interioranas com tendências à mestização.

Outra observação muito errônea é o aumento da migração de ascendência indígena no período sanitário em questão. Embora sejam ponderadas as margens de erro dos dois censos, pode-se atribuir à política local, em prol da incorporação social do elemento indígena, o crescimento verificado no contingente cabloco. Todavia, a apreciação do governo sobre as obras da catequese em Goiás revela, no final do decênio de 1880, que os resultados oferecidos até então eram pouco significativos. "O pouco que até agora se ha feito não corresponde a expectativa publica, nem compensa os sacrifícios realizados" (31). Naquele momento esperava-se que, com a colaboração dos missionários dominicanos, "o serviço ha de ser profícuo, não somente para a religião como também para a sociedade civil" (32).

No Sul de Goiás, nas extensões do oeste, mesmo nas imediações da Capital e no Sudoeste, as incursões indígenas eram frequentes, em vista da hostilidade dos grupos selvagens da tribo dos caiapó. Em 1884, há referência sobre as lamentáveis atrocidades praticadas por esses índios, nas freguesias da Barra e em São José de Mossámedes, ambas a 42 km da Cidade de Goiás. Da mesma forma, ocorreram incursões no Município de Jataí, no sudoeste. Essas agressões atingiram tal amplitude e frequência que, sobre elas, o Presidente da Província afirmou: "não ha memória na actual geração de incursões tão repetidas" (33).

Na região centro-norte, nos vales do Tocantins e

(31) Relatório do Presidente da Província de 20 de fevereiro de 1885, in Correio Oficial de 11 de maio de 1885, p. 1.

(32) *Ibid.*, p. 1.

(33) Relatório do Presidente da Província de 19 de agosto de 1884, in Correio Oficial de 9 de agosto de 1884, p. 2.

tos para 1 alfabetizado.

O número de mulheres analfabetas, sendo superior ao número de homens analfabetos, constitui uma segunda característica da dominância dos gêneros ou seja essencialmente rurais. O volume de analfabetas, na maioria correspondia a 52,68% e 57,89% da população analisada, em 1872 e 1890, respectivamente.

A terceira característica é a elevada taxa da população jovem e, consequentemente, da população em idade escolar. Este contingente populacional, sempre acrescendo pelas altas taxas de natalidade, contribuía para avolumar a massa de analfabetos. Faltava estímulo e reinava a carência de recursos para a educação da juventude.

A população em idade escolar do Sul de Goiás, em 1872, somava 20.745 elementos. Desses, 10,12% frequentavam escolas, enquanto 89,85%, não frequentavam. Dos 2.195, que iam à escola, apenas 6,82% era representado pelo sexo feminino.

O setor de instrução pública em Goiás era cercado por sérios obstáculos, destacando-se a falta de recursos financeiros e de pessoal habilitado.

Na gestão do Presidente Dr. Antero Cícero d'Assis, a qual se estendeu de 1871 a 1878, empreendeu-se uma campanha pela instalação de escolas em todas as cidades, vilas e povoações. No entanto, em 1878, depois de uma série de sindicâncias dirigidas pelo Inspetor Geral de Instrução Pública, chegou-se à conclusão de que era excessivo o número de escolas públicas em Goiás. Em grande parte, as escolas não apresentavam a frequência então exigida. Daí a iniciativa de suprimir várias escolas em diversos núcleos municipais (36). Conforme justificativa do próprio inspetor, não se tratava "de um golpe à instrução pública da província, mas uma medida para diminuir despesas inúteis", dada a falta de professores competentes.

(36) Relatório de 10 de setembro de 1878, in Correio Oficial de 11 de dezembro de 1878, p. 1.

Foram apontadas na região Sul, para ser suprimidas: 5 escolas para o sexo masculino (Rosário, esta é a Capital, São José das Mossamedes, Caldas Novas e Santo Antônio do Rio Verde),

tes (37).

Com a instalação do regime político republicano, deu-se a descentralização administrativa do ensino primário, determinando que esse grau de instrução seria custeado pelos municípios. Ao Estado caberia a manutenção do ensino secundário, no caso, o Liceu e a Escola Normal, que deveria ser instalada para atender à necessidade imperiosa da formação de professores. Aqueles que nela se formassem, passariam a perceber dos cofres estaduais uma gratificação de 600\$000 (38).

O novo sistema implantado não ofereceu resultados satisfatórios, no decorrer dos anos de 1890.

Na área do ensino primário, em boa parte dos municípios, não se efetivaram as determinações legais, por insuficiência de rendas. O retorno à centralização da educação primária é perceptível pela Lei nº 186, de 13 de agosto de 1898. Por essa lei, o Estado voltaria a manter o ensino nos municípios que declarassem não dispor de recursos suficientes (39).

Mesmo o ensino secundário, que permanecera sob o encargo do Estado, já no final do decênio, não contava com nenhuma inovação efetivada. A Escola Normal ainda não havia sido instalada por falta de professores habilitados e prédio adequado. Esperava-se também pela instalação da Academia de Direito na Capital, criada pela mesma lei de 1898, já citada (40). No Liceu, as matrículas vinham decrescendo desde 1897, regressão que atingiu 50% da frequência, em 1900 (41).

bem como a aula de latim e francês de Meia Ponte (Pirenópolis) 3 escolas para o sexo feminino: (São José de Mossamedes, Santa Rita do Paranciba e Currnalinho).

(37) *Ibid.*, p. 2.

(38) Mensagem do Presidente do Estado de Goiás de 13 de maio de 1896, in jornal "Goyaz" de 5 de junho de 1896, p. 1.

(39) Mensagem de 13 de maio de 1899 in Semanário Oficial de 3 de junho de 1899, p. 1.

(40) *Ibid.*, p. 1.

(41) Mensagem de 13 de maio de 1900 in jornal "Goyaz" de 13 maio de 1900, p. 4.

Dante dos aspectos quantitativos e qualitativos da população do Sul de Goiás visualizados, especificamente, no período de 1872 a 1890, conclui-se que:

- os índices de crescimento da população goiana, concomitante aos da região Centro-Oeste, variaram do primeiro para o segundo período intercensitário, segundo os dados dos primeiros recenseamentos gerais do Brasil. Verificou-se maior incremento demográfico de 1872 a 1890 em relação ao que ocorreu entre 1890 e 1900;

- este incremento dos efetivos populacionais resultou, em parte, da orientação tradicional das frentes de penetração das correntes povoadoras. A demanda às terras goianas constituiu a continuidade dos movimentos de expansão econômica e demográfica, que se processavam através da contiguidade geográfica das áreas interiores;

- a diversidade de ocupação regional em Goiás, correspondente ao sul e ao centro-norte, acentuou-se em vista da maior intensidade do crescimento da população sulina. O Sul de Goiás oferecendo maior condicionamento fisiográfico, a partir de 1870, começou a intensificar suas relações com Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Esta intensificação advinha, principalmente, da expansão da lavoura de exportação, orientada para o norte do território paulista;

- pelos índices de crescimento demográfico e de densidade da ocupação, convencionou-se considerar no Sul de Goiás, duas áreas demográficas. A primeira área corresponde à maior concentração regional de população, compreendendo as extensões servidas pelas duas principais vias de circulação: a estrada do Sudeste e do Sul. Ali se deram vários desmembramentos territoriais, em função da criação de novos municípios. As terras regionais do oeste, ou seja, a segunda área demográfica, conquanto se tenham verificado altos índices de crescimento do número de habitantes, notadamente no Sudoeste, sua ocupação permaneceu por demais rarefeita;

- a projeção espacial da população, apesar do aumento quantitativo dos seus efetivos, atesta a persistência

do caráter rarefeito e descontínuo da ocupação e do povoamento:

- os fatores que determinaram o crescimento da contingente humano, de natureza biológica e social, correspondiam às altas taxas de natalidade e às correntes migratórias constituídas de elementos nacionais. A influência da alta mortalidade era, em boa parte, anulada pela grande incidência da mortalidade em decorrência dos baixos padrões de vida, então reinantes. As correntes migratórias mais intensas compunham-se de mineiros, em grande parte, e de paulistas. Em menores proporções, dava-se a penetração de povoadores procedentes de Mato Grosso, em vista das relações estabelecidas - com o Sudoeste goiano;

- os aspectos estruturais da população da região meridional de Goiás, pelos dados do Censo de 1872, relativos aos elementos escravos, revelam a regressão quantitativa destes, há vários decénios. Estes, segundo a condição civil, - constituíam uma parcela mínima na composição social. A grande maioria dos escravos, então existentes, pertencia aos municípios sulinos das áreas de ocupação mais antiga, que remontava à fase da mineração e onde já era significativa a associação da agricultura e criação, nos últimos decênios do século XIX;

- pelos dados dos dois primeiros censos, a população do Sul de Goiás formava-se, predominantemente, de elementos nacionais. Operava-se um ativo processo de miscigenação pela incorporação étnica do elemento de cor preta e com menor intensidade, do elemento indígena;

; o ruralismo reinante traduzia-se pelo baixo nível de instrução da população. A grande maioria era constituída de analfabetos, dentre os quais o número de mulheres era superior. Tratando-se de uma sociedade agrária, com grande percentagem de jovens, a população em idade escolar era numericamente expressiva. Entretanto, só uma minoria freqüentava escolas, em face da falta de estímulo e da carência de meios materiais e humanos exigidos para um efetivo trabalho de educação.

## CAPÍTULO V

### O POVOAMENTO E AS FORMAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO SUL DE GOIÁS

O incremento demográfico verificado no Sul de Goiás, no período que se estendeu de 1872 a 1900, é perceptível no quadro conjuntural através da expansão urbana e da dinâmica das formas econômicas de ocupação.

A absoluta falta de elementos determina a impossibilidade de se apreender o condicionamento espacial do povoamento através da quantificação das populações urbana e rural. Entretanto, a visualização de alguns aspectos estruturais e fisionômicos dos centros urbanos, como também da sua dinâmica, permite avaliar o baixo índice de urbanização do quadro regional.

A intensificação do povoamento, no período em análise, determinou o surgimento de mais de uma dezena de novas povoações. E para atender às funções de controle sócio-administrativo, empreendeu-se a ampliação da estrutura organizacional da região. Diversos desmembramentos territoriais foram realizados, decorrentes da criação de novas unidades municipais e vários núcleos populacionais, já existentes, ascendendo à categoria de vila ou cidade.

A disseminação geográfica dos núcleos urbanos e a

superficialidade da urbanização evidenciam a expansão do povoamento, notadamente, através das formas de ocupação nitidamente rurais. A fixação de elementos rurais, pelas manifestações resultantes das mudanças na estrutura econômica, continuou a se processar pelas linhas territoriais, cujas bases permaneceram, predominantemente agrárias e de caráter extensivo.

O avanço da economia de exportação, na região Sudeste do Brasil e, em função desta, a penetração da linha ferroviária até o Triângulo Mineiro, intensificavam seus influxos no Sul de Goiás. Tais estímulos se manifestavam não somente pela aceleração do movimento de ocupação, como também pela valorização das terras locais e o relativo dinamismo do intercâmbio em nível inter-regional. Este contato, em termos regionais, subentende-se a intensificação das correntes de trocas entre o Sul de Goiás e os mercados representados pelo Rio de Janeiro, Minas e São Paulo.

Por um lado, a concentração de habitantes na porção sul do território goiano conferiu certo impulso às atividades produtivas, provocando aumento da margem de excedentes em função da comercialização. Por outro lado, a arrecadação de rendas pelos cofres públicos evoluiu lentamente. Persistiram os obstáculos tradicionais que cerceavam a cobrança dos impostos e determinavam a exiguidade dos recursos financeiros. Por conseguinte, a aplicação das rendas públicas permaneceu concentrada, essencialmente, na manutenção dos serviços administrativos. Esta situação agravou-se com a implantação do regime republicano, que passou a exigir maiores somas para as despesas em vista da nova organização administrativa do Estado.

#### 1. O POCAMENTO E A EXPANSÃO URBANA

Sóis caracterizava-se pela disseminação de algumas dezenas de núcleos populacionais no extenso território do espaço. Os núcleos configuravam nítidas estruturas rurais, pouco influenciado pela colonização portuguesa e alemã. Eles apresentavam desenvolvimento lento e gradual, com poucos provados os critérios predeterminados: é magado e na liberalização.

A descontinuidade do desenvolvimento da economia brasileira e os consequentes desequilíbrios regionais explicam a falta de dinamismo e a exiguidade do quadro urbano de Goiás. Os fatores estimuladores ou fenômenos de urbanização, no século XIX, não atingiram o território goiano. A economia local não se integrou no setor de produção nacional, que atendia à expansão do comércio internacional. Não se efetivou, portanto, a incorporação de suas terras à lavoura de exportação. Em decorrência da situação de semi-isolamento geográfico, outros fatores de desenvolvimento, como a expansão do trabalho livre através da colonização estrangeira e as grandes inversões de capitais, não exercearam sua força estimuladora, especificamente com relação ao progresso urbano.

As formas de ocupação do espaço, condicionadas pelo caráter extensivo de exploração, determinaram o crescimento de uma economia latifundiária, independente dos centros urbanos. Daí, o ruralismo dominante e a inexpressividade da vida urbana em Goiás, no alvorecer do século XX.

O quadro urbano do Sul de Goiás, como o de todo o território goiano, definiu-se, num processo acelerado, com o surto de urbanização provocado pelas atividades de exploração do ouro, no século XVIII. Os núcleos mais antigos surgiram como arraiais de mineração. Neste caso, alinharam-se os seguintes: Cidade de Goiás, Santa Rita do Anta, Barra, Santa Cruz, Jaraguá, Corumbá, Anicuns, Santa Lúcia e Bomfim.

O surto inicial de urbanização arrefeceu com as manifestações de enfraquecimento da produção de ouro. A economia que se desenvolveu posteriormente, determinou um processo de ruralização em contínua expansão. Inversamente à flo-

presença urbana da primeira fase da ocupação povoadora, a fase agro-pastoril, no decorrer do século XIX, determinou a subordinação da estrutura urbana à estrutura agrária que se consolidava, tornando-se então gradualmente dominante. Em função desta estrutura, foram surgindo novos aglomerados, ritmo lento, apresentando em suas características a superficialidade do urbanismo local.

No primeiro quartel do século XIX surgiram: Catalão, Calaças, Curralinho, Campinas e Rio Claro. A povoação de São José de Mossâmedes, situada nas proximidades da Capital, tem origem antiga e surgiu como aldeamento dos índios caiapó.

No período que se estendeu do início do segundo quartel do século até o final do decênio de 1860, alguns novos núcleos se formaram: Vila Bela de Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba, Caldas Novas, Santo Antônio do Rio Verde, Solaçade, São Francisco das Chagas, São Sebastião dos Cristais, Rio Verde, Torres do Rio Bonito, Abadia do Paranaíba e Barro Preto.

Nos três decênios finais do século XIX, que correspondem ao período histórico em análise, novas povoações foram assinalando a fixação das correntes de povoadores e o incremento populacional que se processava no Sul de Goiás.

Na área que se convencionou considerar como primeira área demográfica nas extensões meridionais de Goiás, constituída pelas unidades municipais do sudeste e centro-sul, surgiu maior número de núcleos de povoamento. No município de Catalão, apontam-se a povoação que se formou no Porto Mão de Pau, que mais tarde veio a denominar-se Três Ranchos e o Arraial Novo, este surgindo ao longo do caminho que partia de Catalão em direção a Araguari. Na superfície do centro-sul da região, enumeram-se: Capela dos Corrêas, povoação que recebeu, posteriormente, a denominação de Campo Formoso, situada à margem da estrada do Sudeste no Município de Santa Cruz; Bela Vista, no Município de Bomfim; Antas e Traíras na área municipal de Pirenópolis; ainda na estrada do Sudeste;